

O URBANISMO E O SEU OUTRO:

RAÇA, CULTURA E CIDADE NO BRASIL (1920-1945)

JOSÉ TAVARES CORREIA DE LIRA

RESUMO *Este trabalho explora algumas matrizes do pensamento social brasileiro em sua abordagem da formação do espaço urbano no país, em particular no que concerne às relações raciais, étnicas e culturais nas cidades. Parte da hipótese de que, a partir dos anos 20, o discurso urbanístico encontra na eugenia e no regionalismo bases confiáveis ao realinhamento nacionalista de sua intervenção técnica no espaço e na cultura de cidades complexamente divididas. Tendo em vista a problemática contemporânea das renovações urbanas, examina as questões de segregação social, distribuição no espaço e identificação cultural de grupos étnicos, nacionais e regionais em estudos e trechos de estudos sobre cidades de Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, José Mariano Filho, Donald Pierson e Samuel Lowrie.**

PALAVRAS-CHAVE *Urbanismo; cidade; nação; pensamento social brasileiro; relações raciais; etnicidade; eugenia; culturalismo; regionalismo.*

* Trabalho selecionado da sessão temática 2 – “História urbana: que história temos e qual história queremos?”

INTRODUÇÃO

“a effacé en elle-même la scène fabuleuse qui l'a produite et qui reste néanmoins active, remuante, inscrite à l'encre blanche, dessin invisible et recouvert dans le palimpseste.”

Jacques Derrida

Parece estranho que um discurso tão cifrado tecnicamente e rapidamente integrado na idéia cosmopolita de “plano” como o Urbanismo tenha sido alguma vez seduzido pelo temário localista. Mas o fato é que a afirmação do saber urbanístico no Brasil entre as décadas de 1920 e 1940 não escaparia ao crivo das construções ideológicas características da época que defendiam a adaptação de toda idéia adventícia à realidade do país; mesológica, histórica, étnica, cultural. Um conjunto de temas clássicos do pensamento histórico e social brasileiro logo seria rebatido na reflexão sobre o processo de urbanização e modernização do país, e sobre os conhecimentos e técnicas pretensamente neutros voltados para o traçado, intervenção e controle das cidades. A formação racial do povo e sua importância para se avaliar as condições de progresso do país; a separação ou isolamento físico e social do negro, do imigrante estrangeiro e do mestiço; o risco colocado à unidade nacional pela fragmentação das relações de solidariedade por contingências locais, econômicas, culturais ou raciais; a influência do clima e do meio natural sobre as vocações do brasileiro para a vida política e econômica; o papel do elemento primitivo, étnico, popular ou colonial no estabelecimento de uma fundação nacional singular; o etnocentrismo, separatismo ou culturalismo, ou seja, temas que umas e outras tentativas de compreensão da diversidade regional do país trariam à tona: todo um rol de idéias tão gerais

quanto estas seria também rebatido nas abordagens urbanísticas da cidade. Fosse para criticar as suas realizações, fosse para referendar sua necessidade e legitimar as suas propostas.

O fato é que, como todo e qualquer saber que reivindicasse reconhecimento ou influência naqueles anos, também o urbanismo seria permeado por algumas destas e outras ainda mais obstinadas hipóteses de formação (Arantes, 1997a) do Brasil como nacionalidade, como povo, como Estado. Se de um lado servia para organizar aqui formas capitalistas de divisão e organização do espaço e da vida coletiva (Fernandes & Gomes, 1992; Ribeiro & Pechman, 1996; Padilha, 1998), algo para que a “genética” da sociedade brasileira nem sempre foi capaz de atentar; de outro, sua história cultural poderia revelar o lugar desta disciplina no movimento mais amplo de discernimento da identidade nacional.

É neste sentido que, no horizonte deste trabalho, proponho reinscrever o ponto de vista urbanístico no bojo da discussão raça/cultura no Brasil. Ponto central das plataformas nacionalistas até pelo menos a década de 1940, instância razoável de avaliação da atualidade política e relevância social de quase toda opinião que entrasse em voga no período, estes dois conceitos centrais ao desenvolvimento da Antropologia no país (Correa, 1982) seriam freqüentemente mobilizados em prol do autoconhecimento do brasileiro com a explicação de seu passado. E isto antes e ao mesmo tempo que o ensaio histórico se enviesava em interpretações radicais do Brasil. De fato, escorando-se no imenso debate iniciado por volta de 1880 sobre as virtudes e mazelas do cruzamento racial para o destino da nação, o discurso do racismo científico, sob o influxo da leitura dos trabalhos de Franz Boas em antropologia cultural, sofreria um deslocamento no início do século XX. Com Boas, descobre-se que o mundo na verdade era povoado por poucas raças, um emaranhado de cores, crânios e cabelos e um sem-número de culturas. Alberto Torres, por exemplo, leitor de Boas,¹ sensível ao ideário nativista e um dos mais severos críticos do etnocentrismo das teorias racistas em vigor, já no início do século encontraria na educação e na cultura do brasileiro a raiz do problema nacional.² Mais do que efeito da constituição racial do povo, este problema nacional ou bem resultaria da alienação das elites da realidade brasileira, ou bem da inexistência no país de uma herança instintiva de tradições e costumes, o que ele chama de “nacionalidade”. Daí a necessidade, tão retórica quanto politicamente recomendável, de se traduzir o termo “raça” por “cultura”, afinal a resolução dos problemas brasileiros, a regeneração e a reivindicação de uma identidade mestiça para o povo – a exemplo do homem latino-americano – deveria ser pensada no âmbito das “soluções nacionais” e não importadas de ambientes e sociedades alienígenas (Torres, 1914, p.41, 83-6, 91-2). Só assim a inferioridade do povo, acidental em vez de biológica, poderia ser desfatalizada e o caráter nacional, necessariamente artificial, formado.

Ora, evidentemente esta passagem da explicação racial para a explicação cultural do atraso do país está no mais das vezes comprometida com uma leitura otimista, e até ufanista, do destino nacional (Candido, 1995). Ao rejeitar-se a tese que via no fomento à imigração maciça de trabalhadores europeus para o país a única saída para a inferioridade brasileira, propunha-se mais uma vez a valorização das três raças formadoras em suas necessidades e potencialidades. Se a observação dos níveis de educação da população, de seu estado de saúde, condições de trabalho e moradia, costumes, vícios e manifestações culturais porventura descortinasse os problemas ingentes à sociedade brasileira, o retorno à realidade nacional doravante significava então conhecer empiricamente o povo brasileiro. Compreende-se assim, o enorme interesse do Estado e de setores da burguesia ilustrada nas expedições sanitárias pelo interior do Brasil, nas enquetes domiciliárias, nas pes-

1 BOAS, F., “Changes in Bodily Form of Descendants of Immigrants”, in *Senate Documents*, Washington, 1910-1911. Trabalho ainda situado no campo de seus estudos em antropologia física, Boas revela aqui a sua insatisfação com as definições contemporâneas de raça, as quais que insistiam em fixar médias e tipos puros com base em exames de fósseis e material esqueletal. Suas observações sobre a instabilidade dos tipos humanos e os mecanismos de hereditariedade, seus estudos sobre o peso dos quadros de vida das populações, das linhagens familiares e das idades infantis questionam radicalmente as teses da imutabilidade das características raciais. *Anthropology and Modern Life* é um texto despretençioso que afetaria a imaginação antropológica moderna de maneira decisiva. Ver o artigo de MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, L., “O culturalismo dos anos 30 no Brasil e na América Latina: deslocamento retórico ou mudança conceitual”, in MAIO, M. C., SANTOS, R. V., *Raça, ciência e sociedade*, Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996, p.109-10.

2 “Recentes investigações, do mais illustre, talvez, dos antropologistas americanos, o Sr. Boas, demonstraram que os caracteres somáticos de uma raça alteram-se notavelmente, de uma geração para outra, com a simples mudança para um meio novo”. Na verdade, Torres reaproxima o pensamento de Boas ao determinismo mesológico e social de Ratzel em relação ao peso tradicional conferido aos caracteres étnicos. Cf. TORRES, A., *O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914, p.9-49. SKIDMORE, T. E., *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*, 2.ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p.136-8.

quisas lingüísticas e folclóricas, nas campanhas educacionais e mesmo nas políticas de estradas desenvolvidas nas primeiras décadas do século XX.

A verdade é que se já nas primeiras ações de disciplinamento legal, policiamento e medicalização do espaço urbano e da habitação proletária observa-se uma grande suscetibilidade do discurso sanitarista para com preocupações com a moral, a família, os costumes, a sensibilidade, a sexualidade e a reprodução (Machado, 1978; Costa, 1979; Rago, 1985; Adorno, 1990; Lira, 1993; Carpintéro, 1997),³ a definição de um espaço profissional específico ao urbanismo nos anos 20 irá testemunhar e reforçar o prestígio da eugenia como ciência médica.

De fato, confrontando-se com os supostos males trazidos pelos primeiros povoadores e levadas mais recentes de imigrantes, os eugenistas começam neste momento a afirmar a necessidade de proteger a sociedade das raças nocivas – os africanos e asiáticos em particular – e da ameaça da degeneração. As práticas norte-americanas e sul-africanas de seleção de imigrantes são enaltecidas como exemplo de condução do processo de formação racial em países novos. Em 1921, um artigo publicado em revista ligada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, *Brazil Médico*, pelo doutor Renato Kehl, apóia o modelo de esterilização adotado em diversos estados norte-americanos. Até porque o diagnóstico da população brasileira era dos mais alarmantes: “Se fosse possível dar um balanço entre a nossa população, entre os que produzem, que impulsionam a grande roda do progresso de um lado e do bem estar e de outro lado os parasitas, os indigentes, criminosos e doentes que nada fazem, que estão nas prisões, nos hospitais e nos asilos; os mendigos que perambulam pelas ruas ... os amoraís, os loucos; a prole de gente inútil que vive do jogo, do vício, da libertinagem, da trapaça ... a porcentagem desses últimos é verdadeiramente apavorante... Os médicos e eugenistas convencidos desta triste realidade procuram a solução para esse problema e de como evitar esse processo de degeneração ... é preciso evitar a proliferação desses doentes, incapazes e loucos ...” (Schwarcz, 1993, p.233-4).

Apesar de jamais vir a ser adotado no Brasil, este modelo de esterilização atua no horizonte de uma biopolítica da população nacional de modo a ampliar ainda mais o alvo original. Se já nos Estados Unidos estas leis incidem especialmente sobre a população pobre e freqüentemente negra, agora todos os portadores de anormalidades físicas, mentais, sexuais ou morais, incluídos aí os mendigos, os indigentes, os pouco inteligentes, os inválidos e desocupados devem ser impedidos de procriar. A eugenia surge então como força capaz de transformar a nação em um corpo homogêneo e saudável. Adquirindo ares de nova gestora da espécie multirracial que compunha a grande nação, permitiria a “arregimentação de suas forças, o aperfeiçoamento de nossa raça, a cultura física aprimorada de nossa gente, o levantamento de nossas energias futuras, a constituição de um povo forte e valentemente argamassado na sua organização plástica, de um povo sadio, esbelto, sacudido, liberto de sobrecargas hereditárias, imune de taras malsãs”.⁴

Daí em diante, uma insidiosa medicalização será parte constitutiva do discurso sobre a cidade. Mas não exclusiva. Este trabalho não tem como objetivo analisar a fundo e em separado uma ou outra matriz de reflexão sobre a cidade – como espaço de contato entre raças, como espaço de degeneração ou segregação de etnias, hibridismo ou caldeamento de influências culturais e nacionais diversas. Tampouco ele visa se ater ao discurso especializado do urbanismo em busca de tais ou quais ressonâncias eloqüentes de pressupostos sociais, sanitários e eugênicos retirados ao debate político e intelectual mais acalentado. Antes ao contrário, tendo em vista o interesse despertado pelos problemas da urbanização e do urbanismo nascentes entre falas – ainda que das mais leigas – autorizadas na

3 A inspiração teórica é principalmente retirada de todo um conjunto de trabalhos franceses sobre a medicina social e a medicalização da raça, a governamentalidade e a família, o conforto e a intimidade, a ética, a subjetividade moral e a estética da existência. Cf. ARIES, P., *L'Enfant et la Vie Familiale sous l'Ancien Régime*, Paris: Plom, 1960; FOUCAULT, M., *Histoire de la Sexualité*, Paris: Gallimard, 1976 e 1978; DONZELOT, J., *La Police des Familles*, Paris: Minit, 1977; BEGUIN, F. “Les Machineries Anglaises du Confort”, in *Recherches*, 29, p.155-85, dez. 1977; CORBIN, A., *Le Miasme et la Jonquille*, Paris: Aubier Montaigne, 1982.

4 ANNAES DE EUGENIA, São Paulo, 1919, p.49, apud MARQUES, V. B., *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*, Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p.62.

discussão da identidade nacional no Brasil, tentarei aqui situar alguns dos pressupostos com os quais as práticas e idéias urbanísticas teriam necessariamente que se haver ou se defrontar naqueles anos. Esta inversão de perspectiva, do pensamento social ao saber urbanístico, talvez nos ajude a situar alguns parâmetros históricos de compreensão, crítica e análise da cidade no Brasil, bem como suas idealizações, propostas e modelos urbanísticos.

Não são poucos os autores que, partindo de áreas de conhecimento como a história, a sociologia, a antropologia ou a medicina, debruçaram-se sobre o fenômeno urbano, as tendências de urbanização e as práticas urbanísticas no Brasil a partir dos anos 20. Oliveira Vianna, por exemplo, discípulo de Alberto Torres, será o principal formulador de uma ideologia ruralista como forma de proteção das virtudes aristocráticas da pequena aglomeração meridional contra os riscos eugênicos das cidades tentaculares. José Mariano Filho, expoente do movimento de revivescência colonial, por sua vez, será um dos que melhor traduzirão este sentimento aristocrático antiurbano para uma reflexão engajada em temas específicos de arquitetura e urbanismo. Sua militância, como tal, terá como meta também a segregação residencial das cidades, incidindo contra os cortiços étnicos e lugares usuais de habitação de negros e mestiços. Discursos nacionalistas de megalomania racial que logo pedirão uma contrapartida acadêmica mais discreta. As análises da origem, composição e distribuição das populações urbanas, dos enquistamentos e tendências de miscigenação, aculturação, assimilação, contato e sobrevivência de grupos étnicos e nacionais nas cidades, de um Donald Pierson, um Samuel Lowrie, um Oscar Egídio, surgirão no final dos anos 30, como esforço de atualização das teses sobre as relações raciais no país. Ora passando à aplicação técnica da teoria do *melting-pot*, ora avizinhandose de pressupostos retirados à antropologia da cultura, este conhecimento dito científico da sociedade mais uma vez se realinha no debate ideológico do período. Além do próprio Oliveira Vianna, duas das principais referências destes estudos serão os trabalhos de Arthur Ramos e Gilberto Freyre. Com este último, a reabilitação da contribuição africana à chamada cultura brasileira, a interpretação reconciliadora dos processos de mestiçagem, aculturação, aclimatação e hibridização; a interpretação em bases culturalistas ou ecológicas dos processos de povoamento e contatos raciais no país servirão de apoio à crítica da uniformização urbanística e descaracterização das cidades brasileiras em favor de suas particularidades históricas, estéticas e antropológicas. É este número de vertentes, suas leituras e imagens da cidade no Brasil, que muitas vezes influenciaram o texto especializado do engenheiro, do arquiteto e do urbanista, que tentarei examinar neste momento.

SABER A CIDADE E ESTRATÉGIAS URBANAS

O próprio tema, aliás, exige que atravessemos campos de conhecimento distintos, áreas de conhecimento nem sempre associadas. E isto por duas razões básicas. Em primeiro lugar, por uma razão histórica. Trata-se de um momento de afirmação do pensamento urbanístico como campo disciplinar isolado. Isto é, um momento em que apenas começa a constituir a sua literatura, os seus referenciais metodológicos, o seu vocabulário, valendo-se para tal de um prestígio recentemente conquistado ante as administrações públicas para intervir, coordenar e planejar intervenções nas cidades. Momento, portanto, em que o urbanismo não se apresenta inteiramente dissociado de outras áreas técnicas e científicas. Nem da medicina higienista e da higiene legal, nem da engenharia sanitária – áreas cujo prestígio político e profissional, é bem sabido, constituem a história primitiva deste campo (Marques, 1995) –, mas também endividando-se com um leque muito

amplo de ramificações especializadas da química, da mecânica, da hidráulica, da geologia, da topografia, da cartografia, da estatística, da demografia e com outras.

A bibliografia em torno da influência decisiva do sanitarismo na conformação de saberes e práticas – sobre a habitação, a aglomeração populacional, a higiene pública e domiciliar, o tratamento dos solos e das massas de água etc. – que pouco mais ou menos por estes anos, no Brasil, tenderiam a ser identificados como urbanísticos, é bastante vasta (Costa, 1987; Lopes, 1988; Benchimol, 1990; Andrade, 1992; Vaz, 1994; Moreira, 1994; Lira, 1995). É provável que a ênfase dada à contribuição do médico, do engenheiro e do perito em higiene legal tenha retardado o reconhecimento do papel de saberes como a antropologia, a etnografia e mesmo a sociologia na formação e legitimação do discurso do urbanismo. É possível até que a ascensão, entre 1910 e 1920, de um argumento nacionalista a reivindicar a precedência de causas higiênicas e sociais de “nossa decadência” (Schwarcz, 1993, p.168; Santos, 1985; Lima & Hochman, 1996) tenha ampliado as possibilidades de abordagem dos males do Brasil e de regeneração do homem nacional para além de razões étnicas e raciais até então indiscutíveis. Mais ainda, se o conceito de raça no Brasil, freqüentemente confundido com os conceitos de povo e de nação (Fonseca, 1992), serviu no mais das vezes para descrever obstáculos intransponíveis, não é de se estranhar também que o discurso da doença e do saneamento do país tenha de fato contribuído com mais força para referendar e exaltar a disciplina urbanística em sua função modernizadora da nação.

Contudo, nada disso nos impede de reconhecer aí mesmo o realinhamento no campo das abordagens sanitárias e urbanísticas da cidade, em termos aceitáveis, do discurso da raça e da cultura no debate da cidade. Em duplo sentido. De um lado, serve para contrapor a um meio urbano visto como degenerador uma cidade asséptica, civilizada e domesticada para as funções do trabalho, mas também “eugênica”, quer dizer, racialmente higienizada.⁵ Não por acaso, engenheiros, arquitetos e médicos higienistas não deixarão de pontuar o papel eugênico de suas ações urbanas, ora manipulando explicitamente o vocabulário da raça, ora atualizando em propostas de limpeza urbana, tratamento de morros e alagados e definição, entre bairros nobres arianizados e bairros-jardins operários, de cordões verdes, *parkways* e parques urbanos, atualizando, repito, aquilo que os cientistas sociais e críticos da cultura até hoje não cessam de perguntar a respeito do Brasil. Como se formulam as diferenças nesta sociedade em que a brutalidade lançada contra a enorme fração dos não-brancos é reiteradamente jogada na ambigüidade, suavizada e apagada na imagem de um povo que, sem cor nem raça, aparece sempre como constituído de desiguais econômicos e sociais, pobres e ricos, famintos e esbanjadores, povão e elites, pivetes e mauricinhos?⁶ As já tradicionais maneiras brasileiras de fazer habitação popular, rasgar eixos de ligação viária pela cidade, gerir o tráfego, o comércio e a habitação de rua, o fluxo de pedestres, mendigos e rapazes de cor pelas ruas, excluindo de seu horizonte as práticas proletárias de resolução de seus problemas de consumo e assistência, circulação, lazer, trabalho e residência nas cidades, são emblemáticas.

De outro lado, porém, serve para transformar em atração pitoresca, em raridade museográfica, em charmoso exotismo; aquilo que nas cidades até então surgia como degradante: a mistura e o contato entre as raças, a diversidade étnica, o patrimônio histórico, artístico e etnográfico, os guetos nacionais e regiões culturais, toda expressão de recesso e interação social, toda predominância de cor africana ou indígena, as festas e hábitos populares, as brincadeiras de rua, as lendas e os mitos, o fetichismo, o animismo e o sincretismo religioso, o cheiro forte, a espontaneidade da gente simples, a arquitetura

5 Murard & Zylberman mostraram como o discurso higienista e a eugenia, a despeito de seus pressupostos contraditórios de mesologia e hereditariedade, entrelaçam-se aos nacionalismos e imperialismos europeus do entre-guerras como discurso de higiene da geração, conservação da pureza do sangue, proteção do capital racial e reconstrução biológica dos povos, cf. MURARD, L., ZYLBERMAN, P., “La Cité Eugénique”, in *Recherches*, n.29, p.423-53, dez. 1977.

6 A análise de Gonçalves & Maggie sobre as repercussões do assassinato de crianças e adolescentes de rua (todos viram que eram negros ou quase negros, mas ninguém disse isso), em frente à Igreja da Candelária no Rio de Janeiro, repõe a eterna questão de sermos ou não um povo racista. GONÇALVES, M. A., MAGGIE, Y., “Pessoas fora do lugar: a produção da diferença no Brasil”, in VILLAS BÔAS, G., GONÇALVES, M. A. (Orgs.), *O Brasil na virada do século: o debate dos cientistas sociais*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995, p.165-76.

popular ou vegetal, a flora local, o negro, o mulato, o mestiço, o operário, o estrangeiro. Contornando e iludindo estigmas de raça e de cor pela valorização nas relações entre os diferentes de outras características e qualidades como simpatia, inteligência, riqueza e beleza, estes adeptos da cultura brasileira como cultura híbrida e original, ao invés de ampliarem o universo da nacionalidade, contribuíram para especificar as instâncias em que a mobilidade social, a ocupação do espaço público, o reconhecimento da integridade física, dignidade moral e igualdade jurídica dos pobres e miseráveis urbanos são concebíveis. Entre os beneficiários eventuais desta concepção de cidadania cultural, um e outro jogador de futebol, um e outro músico ou cantor, uma e outra mulata ou pai de santo; enquanto uma multidão de negros, morenos, escuros e pardos, ainda que se saindo bem no botequim, no carnaval, no bate-papo, na torcida, na batucada, no terreiro ou na capoeira, continuam a enfrentar enormes dificuldades no trabalho e na procura do trabalho, no mercado matrimonial, na paquera e nos contatos com a polícia.⁷ Ao fim e ao cabo, o que vemos nos grandes projetos de renovação urbana e ampliação dos espaços da cultura é a transformação de muitas das cidades e trechos de cidades brasileiras em palcos e vitrines de tradições, histórias e manifestações culturais que, rearranjadas ao sabor das expectativas de seu público, seja ele feito de uma classe média aborrecida, turistas mal informados ou ávidos consumidores de novidades, parecem nos colocar novamente diante da questão de sermos ou não um povo interessante.

7 E isto mesmo em Salvador, freqüentemente considerada a capital do afro-brasileirismo, cf. SANSONE, L., "As relações raciais em Casa-Grande & Senzala revisitadas à luz do processo de internacionalização e globalização", in MAIO, M. C., SANTOS, R. V., op. cit., 1996, p.210.

Estas questões nos levam imediatamente à outra razão que anima este ensaio: aos efeitos mundiais das migrações pós-coloniais e processos de racialização nas cidades pós-modernas (Cross & Keith, 1995) face a megalomania e o encantamento que as imagens das novas cidades globais ou das metrópoles regionais, culturais ou multiculturais têm projetado mundo afora (Westwood & Williams, 1997; Canclini, 1997). Não irei discutir aqui as razões deste otimismo com o entretenimento arquitetônico e espetáculo histórico que estas cidades nos possibilitam em suas feições cuidadosamente montadas ou simplesmente arranjadas por justaposição de episódios ao sabor dos arquitetos e promotores imobiliários (Boyer, 1996). Nem tratarei das razões – óbvias ou inconfessáveis – da acolhida favorável da maioria destas operações urbanas nos meios políticos, empresariais, profissionais e de comunicação, ou em relação ao imenso público que delas se beneficia ou imagina beneficiar-se. Mas creio ser necessário pontuar o que nestes investimentos contemporâneos nas cidades – em infra-estrutura e novidades tecnológicas, em obras monumentais, revitalização de antigos centros históricos, equipagem cultural, turística e de consumo, no financiamento do chamado "terciário qualificado" – nos remete a antigas questões de limpeza socioétnica e identificação cultural de comunidades ou sítios específicos.

Pode-se supor que se trata de mais um tema acadêmico que diria respeito a quase nenhum de nós. No entanto esta tentativa de revisão histórica do pensamento urbanístico à luz de um tema caro à antropologia ganha interesse em um presente tensionado por conflitos étnicos e nacionais em toda parte. A sua evidência midiática atual não esconde, porém, o seu passado. Das dramáticas cenas de sovas policiais contra jovens negros ou centros sociais de migrantes procedentes do Novo *Commonwealth* inglês no pós-guerra aos programas urbanos de recuperação das *inner-city areas*; das *riots* da população negra inglesa em Bristol, em Birmingham e várias outras cidades do país na década de 1980 aos *nigger hunting* e *paki bashing* da Londres contemporânea (Keith, 1989; Cohen, 1997; Hesse, 1997),⁸ da *gentrification* sofrida por áreas históricas de cidades como Barcelona, Nova York, Paris ou Buenos Aires e da transformação de trechos inteiros de cidades tro-

8 Ver também HALL, P., *Cities of Tomorrow*, Oxford: Blackwell, 1992, p.346.

picais em *resorts* turísticos, aos combates raciais e à enorme divisão étnica do espaço desta cidade freqüentemente tomada como paradigma da pós-modernidade que é Los Angeles, configuram um momento em que as cidades se tornam o lugar preferencial de multiplicação, acirramento e fragmentação de batalhas. É nelas e a partir delas também que suas razões – científicas, políticas, éticas, estéticas ou econômicas – são produzidas, difundidas e postas em atividade. De fato, a recuperação do prestígio do chauvinismo de matizes diversos (não apenas racial, mas também sexual, religioso, estético), a polêmica multiculturalista em meio às tendências contemporâneas para a separação e integração entre povos e nações, o recrudescimento das pautas regionalistas e nacionalistas *vis-à-vis* o enorme rearranjo populacional global encontram hoje nas cidades um microcosmo privilegiado para a observação, compreensão e regulação das tensões características das sociedades contemporâneas. Raspar uma ou duas camadas por baixo do discurso urbanístico que pretende amortecê-las, talvez nos ajude a redescobrir o seu princípio ativo.

RENOVAÇÃO URBANA, EXCLUSÃO E RACIONALIZAÇÃO DO OUTRO

Como se sabe, no Brasil, a passagem entre a medicina social e a medicina da hereditariedade é bastante estreita. Isto talvez se deva ao fato de o fortalecimento dos organismos, inspetorias e repartições de higiene pública, sem contar o influxo da bacteriologia, coincidir aqui, historicamente, com o fim da escravidão africana e início da imigração em massa de europeus. As transformações na força de trabalho nacional que daí decorreriam, com a ocupação da cidade por escravos “ao ganho”, libertos e imigrantes pobres, irão produzir gradualmente uma associação entre as questões de raça, doença, trabalho e pobreza. No Rio de Janeiro das últimas décadas do século XIX, a questão da habitação não por acaso irá aparecer às elites políticas locais como perigo colocado pela proximidade entre negros e brancos. Afinal, “o tempo dos cortiços no Rio foi também da intensificação das lutas dos negros pela liberdade, e isto provavelmente teve a ver com a histeria do poder público contra tais habitações e seus moradores” (Chalhoub, 1996, p.29; Rolnik, 1997, p.61-78). Em São Paulo, à rejeição dos modos de vida da população preta e mulata, juntar-se-ia o temor aos imigrantes na medida em que o grosso dos trabalhadores importados originava-se do que se considerava então as piores raças da Europa, os italianos, os espanhóis e os portugueses (Sampaio & Lanna, 1997). O medo da proliferação de epidemias na cidade incentivaria investimentos públicos em saneamento, além de restrições ao número de imigrantes a partir de 1900 (Rolnik, 1997, p.39). Chalhoub (1996) e Vaz (1985, 1994) traçaram o paralelo entre o período das demolições de cortiços na capital federal e a freqüente referência a tais moradias como foco de rebeliões proletárias e asilo de escravos fugidos, libertos ou “vivendo sobre si”, portugueses recém-chegados, malfeitores e ratoneiros de toda espécie na cidade. Na Porto Alegre pós-abolicionista, Pesavento (1997) destacou uma curiosa inversão de sentido pela qual um destes aglomerados fortemente estigmatizados de negros libertos no terceiro distrito da cidade receberia o nome de “*Colônia* – não de imigrantes alemães ou italianos – *Africana*”.

Ora, esta tendência de cunho sanitário, para a expulsão das classes populares das áreas centrais da cidade, surgiria na década de 1920 também como imperativo eugênico. No Recife, por exemplo, as propostas mais autorizadas de planificação e higienização desta cidade marcada por circunstâncias naturais de bacia estuarina, com suas ilhotas, gamboas, manguezais, baixios e depressões muito procurados pelos habitantes pobres para construir as suas casas, não prescindiriam de justificativas de cunho racial. Afinal, dizia

9 Cf. ainda: OLIVEIRA, J. C. de, "Saneamento das cidades", in *Boletim de Engenharia*, n.6, v.4, p.130-3, ago. 1930.

um eminente engenheiro sanitário da cidade, a higiene e a eugenia "são duas ciências que precisam caminhar emparelhadas, uma complementar da outra ... a primeira cuida da cidade, e a segunda aperfeiçoa a raça de cuja perfeição e vitalidade muito depende o progresso do Paiz". (Pereira, 1928, p.72).⁹ A política de habitação popular ali levada adiante a partir da segunda metade da década de 1930, em pleno Estado Novo, ao iniciar a cruzada de demolição dos mocambos urbanos não deixaria de especificar fronteiras intransponíveis a estes estigmas africanos de miséria e barbárie (Lira, 1996, 1998).

É de se perguntar o que destas medidas profiláticas persistiu nas práticas contemporâneas de remoção de favelas. Um estudo recente das negociações e conflitos envolvidos na remoção das favelas do córrego Água Espraiada nos apresenta um caso exemplar de constituição das fronteiras pós-modernas desta nova São Paulo definida pela parceria entre a municipalidade e o capital financeiro e imobiliário (Fix, 1996). Enquanto às margens do rio Pinheiros e na área da avenida Luís Carlos Berrini, imensas torres de escritórios de empresas como Xerox, Ford, Basf, Black & Decker, Nestlé, Philips, sedes bancárias, *shopping centers*, espaços de convenções, luxuosos hotéis e condomínios residenciais protegidos por botões de pânico e outros megaprojetos como o World Trade Center, o Plaza Centenário, o Centro Empresarial das Nações Unidas etc., definem o paradigma local da cidade global com os requintes tecnológicos, estéticos e funcionais que o caracterizam, a ação pública na região revela a incivilidade que este modelo de intervenção esforça-se por reiterar. Os depoimentos recolhidos de moradores e assistentes sociais envolvidos na questão habitacional que ali se produziu são ilustrativos. A remoção de algumas dezenas de milhares de pessoas em prol da consolidação do complexo de túneis, viadutos e anéis que, ao lado de suas novas ligações aeroviárias, garantem estrategicamente a consolidação do novo pólo metropolitano afasta da cidade qualquer traço da antiga ocupação. Denúncias de suborno, intimidação e malversação das verbas de indenização, assassinato e indução ao desespero de moradores indefesos, mentiras e arbitrariedades no tratamento das famílias desabrigadas amontoam-se em um cortejo de atrocidades cometidas contra milhares de cidadãos. Se as exigências da circulação e da articulação viária, ainda que anacronicamente declaradas irrevogáveis, sombreiam os velhos discursos da higiene e da eugenia, os verdadeiros campos de concentração – piores do que cadeias, segundo alguns moradores – em que se "ensardinham" *provisoriamente* os desalojados, as "alternativas habitacionais" apresentadas a até 50 km de distância do local, 18 km da última estação de metrô da zona leste da cidade, a composição étnica e social desta população quase inteiramente formada de imigrantes pobres da Paraíba, Pernambuco e Bahia dão o que pensar.

Iniciativa específica, mas que se soma a todo um modo de intervir nas cidades contemporâneas. Lembrem, por exemplo, iniciativas em Puerto Moreno, Puerto Madero e Catalinas, a nova *city* de Buenos Aires, nos quais o governo da cidade, por sua vez, segue de perto os passos de administrações como as de Boston, Baltimore ou Londres na reinvenção destas problemáticas noções de *Waterfront*, *Harbor* e *Docklands* como ícones de renovação e regeneração urbana (Keith & Cross, 1995, p.9; Gans, 1982, p.323-46; Hall, 1992, p.343-61). A lição seria bem aprendida: grandes áreas decaídas, recém-descobertas por uma elite negociante a combinarem, com a cooperação do setor público, investimentos em recreação, cultura, comércio e habitação de renda mista pelo reaproveitamento ou reciclagem de velhas estruturas. Sua clientela preferencial: jovens profissionais urbanos entediados, e logo depois, ou ao mesmo tempo, turistas.

A requalificação de todo um antigo trecho portuário e ferroviário da cidade de Buenos Aires utiliza argumentos estéticos, funcionais e econômicos para dar prosseguir

mento à idéia cara aos administradores do período ditatorial de uma capital federal como “*vidriera del país*” (Gutierrez, 1992, p.274-8). Se o tratamento do Puerto Madero em tudo parece privilegiar a velha política de incentivo à especulação imobiliária e segregação residencial na cidade, financiando a instalação de setores médios e altos da sociedade portenha, removendo *villas de emergencia* e aumentando o caos na periferia e na província, o contraste com o intenso uso da Costanera Sur, historicamente consolidada como balneário popular da cidade¹⁰ é tão emblemático quanto temerário. O Proyecto Retiro, em particular, envolvendo a “parquização” e construção de um grande complexo de transportes, hotéis, *shoppings* e serviços na área, elaborado pelos “operadores projetuais”, para usar uma expressão de Gutierrez, os arquitetos Baudizzone, Lestard e Varas, e aprovado em 1996, simplesmente exclui toda ocupação *villera* da área, marco de resistência às tentativas de expulsão dos setores populares do centro. Os habitantes da Villa 31, muitos dos quais imigrados das regiões mais pobres da Argentina, mas também bolivianos, paraguaios, chilenos e uruguaios, legal e ilegalmente estabelecidos no país, ameaçados de remoção, por sua vez, reagem a este modelo de cidade indiferente às suas condições de residência, trabalho, lazer e circulação e se apresentam: “*la Villa 31 está hace más de 35 años, tiene una organización social, una historia, esta amparada legalmente (decreto 1001, ordenanzas 44873, 23967, etc.). Nuestro barrio tiene centros comunitarios, tiene un centro de salud, una escuela, jardines y guarderías, iglesias y templos. Llamarla asentamiento apunta a quitarle sus logros, su historia y su legalidad*”. Como tal, nos comedores, centros religiosos e *ecoclubs* populares uma posição em favor da “radicação” é aprofundada ao mesmo tempo em que se estabelece um trabalho de conscientização da população indígena e estrangeira sobre sua vulnerabilidade como habitante da capital argentina. Um periódico local, editado pelos jovens do bairro, parece assinalar que antes de se constituir em uma cidade global é preciso que se reconheça a universalidade dos direitos do cidadão: “*Toda persona tiene derechos, todo inmigrante, documentado o no, tiene derechos. Estos incluyen: derecho a la identidad, derecho a la educación, derecho a la salud, derecho al trabajo, derecho a la integridad física, derecho a la libertad etc...*”¹¹. Se uma opinião ufanista já se põe em alvoroço quando o assunto é a requalificação das grandes áreas desativadas e segregadas dos portos brasileiros, como os do Rio, do Recife ou de Santos, não será de estranhar que se esqueçam mais uma vez os usos informais, ilícitos ou imprevistos que os setores populares costumam desenvolver por aquelas bandas da cidade.

CULTURALIDADE URBANA E REGIONALISMO PÓS-CRÍTICO

É talvez necessário realizar uma história das idéias aparentadas e da própria noção de degradação urbana para se ter em conta o significado das intervenções recentes nos velhos centros das cidades, pois, via de regra, o espaço urbano contemporâneo tende a negar sua centralidade histórica. Ou melhor, tende à pluricentralidade com a multiplicação, sobretudo nas megalópolis modernas, dos focos de urbanização (Canclini, 1997, p.81-5). A proliferação de *shoppings* ou de feiras, de centros administrativos, distritos industriais e centros turísticos ou culturais, de condomínios fechados e conjuntos habitacionais, estações de metrô e outros tipos de urbanização embaralham as noções de centro e periferia e contribuem para diluir os referenciais de distância, limite e localização para quem vive em uma grande cidade. Milton Santos, convidado recentemente a refletir sobre Salvador, recolocou os marcos de uma pesquisa histórica do centro.¹²

10 Ainda que o projeto original, do urbanista francês Forestier, já comprometesse a idéia de recuperar o rio para a cidade na proposta de construção de palácios, hotéis de luxo, vilas e blocos de casas para aluguel destinados a uma clientela de alta renda. GUTIERREZ, R., op. cit., 1992, p.157-8.

11 Acción 31, Periódico Comunitario Mensual, n.3, Buenos Aires, abr./mai. 1998.

12 De um centro antigo, monopólico à multipolarização e espraiamento do centro tradicional a partir da década de 1960 quando se observa “uma pequena, depois grande decadência do velho centro”. O momento atual é justamente caracterizado pelo “rejuvenescimento parcial do centro velho adaptado às exigências do turismo e dos turistas”. SANTOS, M., “Salvador: centro e centralidade na cidade contemporânea”, in GOMES, M. A., *Pelo Pelô: história, cultura e cidade*, Salvador: UFBA, 1995, p.11-29.

O fato é que a uma perda da experiência de conjunto do espaço urbano, a uma existência que cada vez mais se resolve no pequeno enclave e no deslocamento funcional, corresponderá, do final dos anos 70 para cá, o aparecimento de toda uma corrente urbanística dedicada ao tratamento de áreas específicas da cidade consideradas estratégicas para o seu desenvolvimento econômico.¹³ É neste encurtamento da abordagem urbanística da cidade, costumeiramente chamado de “projeto urbano” ou “operação urbana”, que se pode comentar as iniciativas em revitalização de centros históricos, animação de pólos culturais e reciclagem de antigas estruturas arquitetônicas adaptadas a novos usos. Hall chamou a atenção para o reforço de empreendimentos como estes nos Estados Unidos e Europa em conjunturas de recessão e crise econômica. Doravante a legitimidade e os modos de percepção do planejamento seriam transformados radicalmente. As “*decaying inner cities*”, em meio à enorme desindustrialização das áreas urbanas, reestruturação, incremento da competição internacional, vão tornando-se objeto privilegiado de atenção política. Em primeiro lugar, como forma de responder ao aumento das tensões étnicas e sociais nestas partes decaídas da cidade – contudo, logo se percebeu o crescimento da concentração de capital e a perda de poder das autoridades locais para conselhos administrativos de empresas multinacionais cada vez mais distantes –, em segundo lugar, como estratégia de desenvolvimento econômico a qualquer custo das áreas urbanas com o redirecionamento de investimentos públicos e privados para atividades como turismo, lazer e cultura (Hall, 1992, p.346-7).

Pois bem, é nessas circunstâncias que se passa a cogitar sobre a revalorização de áreas históricas, a criação de espaços de alimentação e exibição artística, a demarcação de referenciais identitários das localidades, em grande parte com vistas à promoção turística e comercial, “gentrificação” ou “yuppização”, bem como à dinamização do mercado imobiliário em áreas prejudicadas pela migração histórica de atividades e capitais. Otilia Arantes destacou as ilusões de inclusão cultural que iniciativas como estas têm projetado: “As ditas identidades, esvaziadas de qualquer substrato material, vão ficando tão voláteis quanto estas [as mercadorias], por isso mesmo hoje os antigos ‘propagandistas’ da identidade preferem falar em transculturalismo, translocalismo, nomadismo, fronteira (não como limite fixo, mas como o que pode ser transposto, deslocado, diferido etc. – *margem, edge...*)” (1997, p.20). Guetos multiculturais e multirraciais, desterritorializações, crescimentos anômalos e transgressivos participam destas formas persuasivas de fixação das populações, especialmente as mais carentes, mas também as minorias étnicas, nacionais, regionais, nos seus lugares de origem e redutos urbanos, folclorizando-os e tornando-os acessíveis ao mercado.

As transformações por que passaram os velhos centros de Salvador ou Recife são exemplares deste elo entre intervenção urbana e identidade regional.¹⁴ Em ambas, grandes esforços de revitalização urbana têm se concentrado em trechos da cidade que, apesar de há muito tempo valorizados por sua importância histórica e cultural, por sua fisionomia arquitetônica e urbanística, são percebidos como degradados. Em um caso, a identidade negra, como processo de resistência cultural investido simbolicamente em uma área da cidade, e o Pelourinho surgem como foco de reafirmação e reinterpretação contemporânea das tradições populares;¹⁵ em outro, a multiculturalidade magnetizada pela experiência de um porto em que memórias, obras e imagens de distintas épocas são espontaneamente cruzadas como convém nos trópicos. Nos dois casos, a vocação turística da cidade justifica a reorientação de escala nas prioridades públicas em matéria de urbanismo, e encoraja fatias muito bem selecionadas do empresariado local a investir na área. O

13 Aqui e ali, é verdade, alerta-se para uma retomada da planificação conjugando-a às habituais microintervenções. O exemplo de Barcelona com Bousquets é recorrente. O Congresso Internacional de Arquitetos realizado em Barcelona em junho de 1996 demonstrou uma certa inquietude dos urbanistas com o império do projeto urbano. Cf. ainda ARANTES, O., “A Cultura nas novas ‘estratégias’ urbanas”, conferência pronunciada no Seminário Espaços Públicos e Exclusão Socioespacial, São Paulo: FAU/USP, nov. 1998, (mimeo.).

14 Apesar do interesse que este tema desperta, não é sem reticências que apresento este comentário geral sobre os casos dos bairros do Recife e do Pelourinho. Espero poder retomá-los em outra ocasião com mais vagar.

15 GOMES, M. A. de F., FERNANDES, A., “Pelourinho: Turismo, Identidade e Consumo Cultural”, in GOMES, M. A., op. cit., 1995, p.53-4.

grande apelo cenográfico transforma os lugares históricos em palcos multicoloridos ao gosto das novas paletas de tinta lançadas no mercado pelas principais concorrentes no setor. O aspecto promocional do espetáculo urbano imediatamente atinge as agências de comunicação e de viagens, a indústria gráfica e cultural e, por extensão, o público preferencial, o consumidor destinatário e o homem da terra, rico e pobre, que, seduzidos pelo redescoberto encanto um do outro, regozijam-se por pertencerem a estas cidades verdadeiramente interessantes.

Este retorno aos centros velhos da cidade coincide com a progressiva migração de suas atividades portuárias e – ao menos em um dos casos – financeiras para locais mais condizentes com suas atuais condições técnicas de funcionamento. Se em Salvador, antes das operações em curso, tínhamos uma área simultaneamente ocupada por uma população negra criadora de seus produtos culturais e pelo turista, ainda que atemorizado, à procura dos comércios exóticos com a gente da terra; no Recife, o contraste entre a noite e o dia era radical. No burburinho diurno de executivos e auxiliares de escritório, estafetas e funcionários públicos, trabalhadores em transportes e cargas, congestionamentos e estacionamento, apagavam-se os rastros da noite dominada pelas prostitutas, boêmios tradicionais e moradores pobres de cortiços e casarões seculares em ruína. Sintomaticamente, no caso de Salvador – ao menos ali – veríamos o reforço tremendo dos aparatos de segurança, um policiamento extremamente numeroso a fixar os palcos e os camarotes e distribuir hierarquicamente as posições e os limites do turismo e da habitação comum; enquanto no Recife, já que o povo lá reconhece muito bem o seu lugar, ainda mais quando o brilho é intenso, os contumazes adeptos da *happy hour*, os descendentes falidos da família patriarcal e seus agregados, os novos ricos lisonjeados pelo clima de “praça de alimentação” recriada ao ar livre invadem as ruas do Apolo e do Bom Jesus num frenesi que lembra as tradicionais quermesses de paróquia que acontecem até hoje em algumas freguesias da cidade.

Hoje é comum encontrarmos estas duas atitudes reunidas. Investimentos de resgate cultural e tendências à exclusão social são as faces de dezenas de estratégias de renovação urbana. Práticas de revitalização, limpeza e controle de certos territórios urbanos e intervenções urbanísticas de exaltação e mistificação do elemento típico das cidades parecem compor as duas faces da mesma moeda: dão o complemento técnico e estético respeitável para a racionalização do outro e fruição narcísica da diferença, garantia de segurança e liberdade – alega-se – para todos os habitantes e visitantes das cidades.

É provável que o elo entre a cidade e o debate da nacionalidade não seja tão claro no Brasil em tempos de globalização. Na verdade, desde os anos 20, os discursos sobre a cidade já revelavam em suas dissonâncias a disputa entre projetos de nação diferentes e freqüentemente excludentes. É mais provável ainda que as interdições raciais não sejam tão visíveis por aqui. Ideologias e utopias têm muitas vezes tal eficácia histórica que é difícil discernir umas das outras.

Mas, houve momentos em que fazia sentido imediato pensar a cidade em referência à raça, à cultura e à nação. Até porque, a cidade, como obra da civilização, era filha da nação e como tal podia ser concebida como duplo do homem, de seu corpo, sangue e caracteres somáticos, mas também de suas crenças e valores. Não me refiro especificamente às concepções orgânicas de cidade, de cujo lugar no desenvolvimento do pensamento urbanístico, a historiografia tantas vezes nos lembrou. Refiro-me àquilo que Hesse (1997, p.86-7) classificou de “mitologia branca”: uma concepção da “alteridade” como intrusão “racializada” no corpo, como vírus cultural difícil de ser combatido; um problema cultu-

ral que permeia a própria história do urbanismo e que em grande parte decorre do imaginário nacionalista moderno. Esta concepção, presente de maneira opaca ou declarada em diversos discursos sociais, propõe-se como reação ao que sempre se percebe como recente e súbito aparecimento do outro. Pretendendo-se como horizonte da representação universal, exclui a sua história e resiste ao questionamento de sua identidade.

RURALISMO HISTÓRICO E FORMAÇÃO RACIAL DA CIDADE

Na calamidade ou desordem que porventura apresentasse, o processo de urbanização do país suscitou nos anos 20 e 30 uma disparidade de interpretações. Visto como inexorável, ou, antes, como progresso que era necessário animar e coordenar, uma abordagem especificamente urbanística dos problemas da cidade começaria a ser montada como disciplina de seus espaços e funções. Percebida, porém, em situação de dependência e inferioridade em relação ao campo e articulada nos atropelos de seu crescimento a um processo de desintegração do sistema latifundiário, a grande urbanização seria igualmente, por vezes, compreendida como sinal de decadência. De um lado, um registro estritamente técnico de esquadramento do espaço urbano configurava a sua autonomia. De outro, uma avaliação pragmática da história que, bem ao encontro do velho culto nacional da terra, reforçava o interior rural como centro estratégico de desenvolvimento. Duas correntes de idéias absolutamente conscientes dos pressupostos e prognósticos recíprocos que ora se contrapunham, ora buscavam interferir no discurso adversário. Se as lições do urbanismo mundial quase nunca prescindiriam da tentativa de viabilizar a metrópole moderna, a corrente mais fervorosa do nacionalismo se esforçaria em prol da alternativa territorial de ocupação dos sertões, tanto pela fixação do patriciado rural em pequenos núcleos de urbanização, quanto pela redistribuição do colonato, da parceria e da empreitada pelas zonas agrárias.

Era o conhecimento científico da história brasileira que recomendava a alternativa rural. Sim, porque se o estudo e evocação do passado não tinham um mero valor especulativo, mas ainda pragmático, era porque no seu horizonte estava a correção de rumos no presente e no futuro. Em 1924, em seu discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Oliveira Vianna defenderia este valor pragmático do passado na resolução dos destinos da nação. A história surgia para ele, especialmente no caso do Brasil, como um processo vivo, até porque, reconhecia Vianna: “Nossa História não é, como a do pequeno Portugal, uma história que terminou; é, ao contrário, uma História em começo, uma História em marcha, que acentua cada vez mais o seu interesse” (1939, p.341). Talvez venha desta concepção ufanista da Nossa História a necessidade de fundar do I ao V séculos toda uma nova cronologia da nação. O historiador, de certo modo, desempenharia o papel de um ator situado entre cenários de um palco a dramatizar o passado heróico de seu povo. Uma atitude por certo de saudação reverente aos feitos de seus antepassados. Em continuidade com a herança paterna que justificava a busca da linha evolutiva de formação do povo: suas tendências, instintos e impulsos misteriosos formavam o “sistema das correntes subterrâneas” das nacionalidades que importava aos historiadores recuperar (Bresciani, 1998). Se não era o caso de refazer os passos já cumpridos, o reconhecimento de seu “valor pragmático” autenticava este mergulho cívico nas profundezas da história pátria.

Renegar o passado em nome de um espírito novo, como propugnavam os modernistas e futuristas do momento, e reduzir a história a mera literatura era fechar os olhos para as exi-

gências do presente. Pois, verificava Vianna, “nunca, como agora, o sentimento nacional dos grandes e pequenos povos se mostrou mais robusto e militante; mas, nunca, como agora, o culto do passado, o orgulho do passado, o sentimento do passado se mostraram também mais ardentes, mais vivazes, mais conscientes, mais profundos. Todos os povos como que se voltam sobre si mesmos, procurando, nas suas tradições e na sua história, o segredo da sua força, o sentimento da sua unidade, a revelação do seu futuro” (1939, p.349). Testemunha privilegiada e engajada do triunfo do nacionalismo após o termino da Primeira Grande Guerra (Hobsbawm, 1995, p.131-62), Oliveira Vianna recomendaria o exemplo dos povos “mais robustos”: o êxito do nacionalismo brasileiro dependeria deste culto do passado.

Ora, não é o caso aqui de discutir o conceito e o uso da história neste autor de uma variada ensaística da formação nacional. É bom destacar, entretanto, que desde então esta ciência precisará recorrer a outros ramos do conhecimento, às ciências naturais, à sociologia e à antropologia, em outras palavras, ao conhecimento do meio cósmico e do povo, para constituir o seu método (Vianna, 1933a, p.41-2).¹⁶ Se a evolução de uma sociedade não poderia ser traçada pelo simples recurso à hereditariedade, o estudo da morfologia étnica das diversas camadas sociais, a “antropo-sociologia”, ofereceria à crítica histórica uma contribuição que os arquivos jamais seriam capazes de suprir. Esta ligação entre etnografia e história aparece exemplarmente no tema da evolução do povo.

E é justamente no registro da evolução do povo que Oliveira Vianna discute a “formação das cidades” no Brasil. É curioso que, na primeira parte do seu *Evolução do povo brasileiro* (1923), a “evolução da sociedade” apareça basicamente descrita em dois pólos. Em primeiro lugar, o estabelecimento do regime da grande propriedade agropecuária e escravocrata no Brasil depois de Cabral, a organização social e militar dos grandes domínios rurais, do açúcar ao café. Em segundo, os grandes movimentos de expansão sertanista, os focos de irradiação das correntes povoadoras ao Norte e ao Sul, o povoamento do Norte e a penetração pastoril, o desbravamento do Nordeste e a colonização da Amazônia, o movimento das bandeiras e a expansão dos paulistas, as correntes mineira, goiana e do mato-grossense, o povoamento dos pampas rio-grandenses. Tudo se passa como se a sociedade brasileira houvesse resultado destes esforços conflituosos entre o espírito da península e o novo meio, isto é, entre a velha tendência européia de caráter marcadamente centrípeta e a nova tendência americana de caráter centrífugo, entre esforços de permanência e deslocamento, de fixação no litoral e irradiação pelo continente, de estabelecimento vertical e desbravamento horizontal,¹⁷ em ambos os casos a exploração da terra definindo profundamente no homem uma vocação para a vida no campo. Desse modo, mesmo ao longo de quase todo o século IV, da Independência e do Império, perduraria a mesma fisionomia colonial de um povoamento disperso e rarefeito, subdividido em “miríades de pequenos ‘nódulos sociais’, espalhados disseminadamente por toda a imensa superfície desvendada pela audácia dos conquistadores sertanistas” (Vianna, 1933a, p.101). Se o espírito guerreiro e nômade quase que desaparece neste momento, é para dar lugar a tradições rurais, hábitos sedentários e agrícolas e “afeições tranqüilas e suaves elaboradas no recesso dos lares pacíficos e estáveis”. O predomínio histórico da aristocracia rural é inquestionável: a imagem de povoamento que daí decorre é ora de isolamento, ora de comunicação, ora a do deserto, ora a dos núcleos de ocupação mais concentrada. Em todo caso, uma herança de fragmentação estranha à experiência da cidade. Afinal o século XIX, bem à diferença de como Gilberto Freyre (1936) mais adiante o compreenderia, é descrito como um século de refinamento do gosto pela vida rural, em que “a posse de um latifúndio fazendeiro se torna uma aspiração comum”.

16 A primeira edição é de 1923.

17 Para usar um paralelo traçado por Freyre ao comparar “os dois grandes focos de energia criadora nos primeiros séculos da colonização”, os paulistas e os pernambucanos. Ver FREYRE, G., *Casa-Grande & Senzala*, Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933, p.15. Cf. VIANNA, O. F. J., *Populações meridionais do Brasil*, 3.ed., São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1933, p.15.

Esta espécie de prevenção ruralizante, escorada em uma representação da identidade nacional em bases aristocráticas, na década de 1920, iria precisamente autorizar uma proposta – não de entrada, mas – de saída para o interior do país. O discurso pronunciado na Assembléia Legislativa de São Paulo em 1923, por um deputado viannista de São Paulo, Hilário Freire, sobre a criação de comarcas no Estado, traduz o ideal de cidade preconizado por Oliveira Vianna. Diante da inferioridade das cidades, vilas e aldeias do Império face a soberania dos proprietários rurais no exercício de seus preconceitos, veleidades religiosas e conveniências pessoais, políticas ou econômicas; diante do crescimento dos povoados e cidades com a abolição da escravatura e imigração de trabalhadores estrangeiros; diante do tumulto que se cria nas cidades, o atropelo das vilas, a anarquia da mentalidade urbana, alerta o eminente advogado do ruralismo, “revolta-se o sub-solo de nossas cidades, de formação republicana, no território paulista. Por baixo dos alicerces de seus edifícios públicos, de seus suntuosos palacetes, de seus estabelecimentos de assistência social, de seus templos, majestosos, ou humildes, ou dos casebres de seus subúrbios – iremos encontrar as raízes de nossos cafezais, a bôrra de carvão da locomotiva, a enxada do trabalho livre e as sementes da federação” (Freire, 1923, p.220-5). A saudação apologética do cafeicultor e do sertanista revela a sua filiação ideológica.

Nesta apresentação do processo de urbanização percebe-se o respaldo de uma explicação histórica do Brasil. De fato, segundo Vianna, “os últimos tempos do Império e, principalmente, os três decênios republicanos representam ... uma fase de consideráveis alterações na estrutura da nossa população”. Um “movimento de centripetismo é dado pelo deslocamento da população rural para as grandes cidades da costa e do planalto e pela formação de grandes focos de condensação urbana no interior. Este movimento, particular ao período republicano, é uma conseqüência da abolição do trabalho servil em 1888”. A desorganização da vida rural e o desmoronamento dessa “velha e soberba edificação que é a nossa aristocracia territorial” são seguidos da formação dos grandes centros urbanos durante o trintênio republicano e sobre as quais muito pouco será preciso dizer (Vianna, 1933a, p.105-7). A este movimento centrípeta em direção às cidades industrializadas, isto é, ao Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Salvador, junta-se um movimento centrífugo, evidentemente mais vigoroso, de conquista do Acre e colonização dos platôs catarinenses e paranaenses, de expansão paulista para o Oeste e marcha para os sertões. O velho predomínio das tendências para a vida rural vão se aprofundando no caráter nacional do brasileiro. O seu *populações meridionais*, desde 1918 já o dizia: “pelos costumes, pelas maneiras, em suma, pela feição íntima do seu caráter, o brasileiro é sempre, sempre se revela, sempre se afirma um homem do campo, à maneira antiga. O instinto urbano não está na sua índole; nem as maneiras e os hábitos urbanos” (Vianna, 1933b, p.27). Conclusão a que se chega no ponto mais avançado de exame da “formação do tipo rural” no Brasil, base para a construção de seu livro.

A apresentação do discurso de Hilário Freire na *Revista do Brasil*, de Monteiro Lobato, sob o título “A formação das cidades” é, neste sentido, reveladora: “O bom aluno recebeu a aprovação do mestre. A carta que Oliveira Vianna lhe endereçou sugestivamente o demonstra”, diz o editor da revista. Nesta carta, Vianna esclarece algumas destas idéias: “Pelos dados que me dá no seu discurso, o que S. Paulo está organizando é o regime do ‘pequeno urbanismo’, em contraposição ao ‘grande urbanismo’, que é que está dominando, cada vez mais, a economia social do Estado do Rio. Nos povos como o nosso, a grande urbanização, a ação magnética das grandes ‘cidades tentaculares’, é uma calamidade – e o meu Estado tem, na ação centrípeta do grande centro carioca, a causa prin-

cial da sua decadência. Mas o seu grande Estado, libertando-se miraculosamente dos males da grande urbanização, multiplica pelo interior rural os centros vivazes de organização urbana – e isto será para ele uma causa permanente de vitalidade e grandeza” (Vianna, 1923, p.225-6). O exemplo paulista soma-se ao diagnóstico dos problemas resultantes do povoamento nacional. A colonização ou recolonização das áreas pouco povoadas, o incentivo ou bloqueio de certos fluxos migratórios para fora ou para dentro das cidades maiores do litoral e o estímulo à fundação de cooperativas rurais e núcleos rarefeitos de concentração populacional constituiriam exatamente as molas propulsoras deste “pequeno urbanismo” no país.

Tendência antiurbana (Melo, 1998), ou, antes, para a germinação e consolidação de núcleos urbanos no interior, esta experiência repetia em “escala mais limitada, mas muito mais sugestiva, as façanhas do grande ciclo do ouro”. Fenômeno regional que, todavia, se ajustava exemplarmente a esta índole comum dos brasileiros para o ruralismo. “Grande milagre paulista dos nossos dias” que, liberando-se da ação magnética das grandes cidades tentaculares, parecia reeditar uma vocação arcaica: “do velho feudalismo guerreiro, que encheu com o rumor das suas algaras todo o vasto e brilhante ciclo do bandeirismo”; ainda “podemos encontrar muitas analogias explicadoras na observação da sociedade atual dos nossos altos sertões setentrionais ... Uma viagem aos longínquos sertões do Brasil central nos porá diante dos pequenos núcleos de aventureiros que exploram o diamante no Rio das Garças” (Vianna, 1939, p.326). Fruto de uma fatalidade histórica, esta moderna orientação econômica e social que partia, porque sempre havia partido, de São Paulo oferecia, portanto, um projeto político para a nacionalidade. Tal, ainda, o valor pragmático da história que Oliveira Vianna reafirmava pelo enaltecimento da “comunhão paulista”: “esses pequenos centros urbanos, providos como estão de todas as condições de civilização e conforto, serão excelentes campos de fixação dos elementos aristocráticos e eugênicos da massa social” (Vianna, 1923, p.226).¹⁸

Se o processo de urbanização acusava a corrupção do caráter nacional, também dificultava a identificação da origem e composição do povo brasileiro contribuindo ainda mais para o pessimismo racial já bastante forte. É neste contexto que se constrói uma ideologia da arianização progressiva do povo brasileiro vis-à-vis as capacidades ascensionais dos grupos raciais inferiores. Toda a segunda parte do *Evolução do povo brasileiro* irá se concentrar no problema da “evolução da raça”. Após a caracterização antropológica e etnológica do branco, a caracterização antropológica da população indígena e o estabelecimento da somatologia e psicologia do elemento negro, todo o processo de miscigenação e seleção étnica, formação de tipos humanos regionais no Norte e no Sul, seleções telúricas e sociais, será compreendido em um “sentido ariano” (Vianna, 1933a, p.172).¹⁹ E como não poderia deixar de ser, este tipo superior de homem, modelo teleológico do processo de formação do brasileiro, será encontrado nos melhores exemplares da raça lusa, da nobreza nacional e da massa mestiça que entram na composição da aristocracia paulista herdeira dos bandeirantes: “esse caráter ariano da classe superior, tão valentemente preservado na sua pureza pelos nossos antepassados dos três primeiros séculos, salva-nos de uma regressão lamentável. Fazendo-se o centro de convergência dos elementos brancos, essa classe, representada principalmente pela nobreza territorial, se constitui entre nós no que poderíamos chamar o ‘sensorium’ do espírito ariano, isto é, num órgão com a capacidade de refletir e assimilar, em nossa nacionalidade, a civilização ocidental e os seus altos ideais. O negro, o índio, os seus mestiços, esses não nos podiam, na generalidade dos seus elementos, dar uma mentalidade capaz de exercer essa função superior” (Vianna,

18 A referência à Comunhão Paulista certamente provém do texto de Júlio de Mesquita Filho, líder do “grupo do Estado”, do qual Oliveira Vianna também fazia parte. MESQUITA FILHO, J. de, “A Comunhão Paulista”, in *Revista do Brasil*, n.84, p.374-6, dez. 1922. Cf. CARDOSO, I. R., *A Universidade da Comunhão Paulista*, São Paulo: Cortez, 1982, p.38-53. Esta idéia já se encontra em germe no livro *Populações meridionais do Brasil*, de 1918, no capítulo sobre o vicentismo e o caudilhismo bandeirante.

19 Cf. também CARNEIRO, M. L. T., *O anti-semitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)*, 2.ed., São Paulo: Brasiliense, 1995, p.92.

1933b, p.154). E isto porque o valor de cada grupo étnico é aferido de sua maior ou menor fecundidade para gerar tipos superiores, quer dizer, para produzir no interior do grupo tipos superiores capazes de ultrapassar pelo talento, pelo caráter ou pela energia da vontade o estalão médio dos homens de sua raça ou de seu tempo. É nesta assimetria genética, aliás, que se encontra uma das explicações mais eloqüentes da distinção entre dominados e dominantes, servos e senhores, maiorias passivas e oligarquias dirigentes.

Esta megalomania racista evidentemente não poderá contentar-se com o diagnóstico fatalista da inferioridade dos negros, dos índios e de seus mestiços (Vianna, 1933a, p.154-60). Até porque “não há raça sem eugenismo”. Quase nulo no índio, limitadíssimo no negro, o eugenismo dos dois tipos cruzados com o branco, o mulato e o mameluco, é mais desenvolvido. Evidentemente há mestiços inferiores e mestiços superiores. Mas a tendência para a arianização progressiva dos vários grupos étnicos define-se na medida em que cada vez mais se eleva o coeficiente da raça branca. Ainda mais no tempo do grande desenvolvimento da imigração de elementos das melhores raças européias. “Esse admirável movimento imigratório não concorre apenas para aumentar rapidamente, em nosso país, o coeficiente da massa ariana pura; mas também, cruzando-se e recruzando-se com a população mestiça, contribui para elevar com igual rapidez, o teor ariano do nosso sangue” (Vianna, 1933a, p.177).

São estas evidências empíricas que precisarão ser reforçadas por uma política eugênica. Este assunto passará do registro histórico ao científico no livro de Vianna, *Raça e assimilação*, de 1932. Movimento que, para Oliveira Vianna, apenas precederia uma orientação prática específica: “o que nós desejamos – os que investigamos, como antropo-sociologistas, como bio-sociologistas, como anthropo-geographistas, como demologistas e demographistas, os problemas da Raça –, é que os nossos anthropometristas e biometristas não dispersem os seus esforços e orientem as suas pesquisas no sentido de nos dar as bases científicas para a solução de alguns problemas mais urgentes e imperativos, como os que se prendem à formação da nossa nacionalidade no seu aspecto quantitativo e no seu aspecto qualitativo. Por exemplo: *o problema da mestiçagem das raças*. Ou o da *seleção eugênica da imigração*. Ou o da *distribuição racional das etnias arianas*, segundo o critério da sua maior ou menor adaptabilidade às diversas zonas climáticas do país” (Vianna, 1938, p.90).

FAVELAS E MOCAMBOS COMO ESTIGMAS EUGÊNICOS

Ora, mas se a proposta de retorno ao campo soasse pouco plausível, era preciso fazer operar no interior das cidades uma política eugênica. Fosse pelo aprofundamento dos estudos raciais e de miscigenação, fosse pelo incentivo às políticas higiênicas e sexuais, familiares e de reprodução, fosse pela extensão de interdições à liberdade e ao desenvolvimento dos elementos considerados degenerados ou inferiores. É sintomático que uma reflexão eugênica, mais ou menos por estes anos, passe a impregnar o discurso dos próprios urbanistas. No Rio de Janeiro, por exemplo, entre os anos 10 e 20, as favelas que se multiplicavam pelos morros da cidade passariam a ser tratadas como núcleos de uma “ralé de cor preta” em que nódoas africanas de raça envergonhavam a civilização nacional (Abreu, 1994). “Favelas dos crimes brutais”, “dos desamores sanguinários”, “sem ruas, sem água, sem esgoto, sem luz”, pátria do candomblé e da maconha, da irreligiosidade e do pecado, dos malandros e malfetores e dessa “alucinação do momento” que é o samba

de morro, tal a descrição das favelas cariocas fornecida em um congresso de Ação Social nos anos 30 (Bastos, 1937, p.132).

Foi José Mariano Filho, descendente de uma ilustre família patriarcal de Pernambuco, líder da corrente estética neocolonial nos anos 20, incentivador perpétuo da pesquisa em torno da “casa brasileira”, quem formulou mais claramente esta vinculação entre habitação e raça, entre a favela e a inferioridade racial do negro. Em artigo que ele chama de “Etiologia do fenômeno urbanístico das favelas”, o médico e professor de Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes afirma: “o elemento étnico predominante na formação das favelas é o negro ao qual se aliam, por conveniência própria, outros elementos alienígenas. A tendência do elemento negro ao isolamento da civilização do branco, à qual não se querem submeter, é fato de observação corrente nas repúblicas sul-americanas. Entre nós ela se manifesta de modo ostensivo, em virtude da falta de medidas coercitivas. Voltando à expressão rural, ele satisfaz violentos impulsos do subconsciente. O retorno à vida primária permite aos negros a satisfação de suas tendências raciais, as práticas fetichistas, as danças, as macumbas, etc. As Favelas do Rio de Janeiro como os Mocambos do Recife, são puras sobrevivências africanas como o foram os Quilombos dos Palmares no século XVII” (Mariano Filho, 1943a, p.20). Razão, pois, de Estado. Caracterização exemplar da habitação popular elaborada por um arianista convicto da ameaça representada no campo da estética pelo modernismo arquitetônico visto como expressão de judaísmo ou internacionalismo bolchevista (Mariano Filho, 1943b).

Nos mocambos recifenses, a comparação com os aldeamentos africanos chegaria a propor hipóteses em antropologia física: os pés dos habitantes da Ilha do Leite no Recife eram deformados. Não apenas em razão da insalubridade, amontoamento e promiscuidade em que viviam, pela vadiagem e indisciplina, mas também por serem “arraial de pretos” e constantemente evocarem a fisionomia primitiva das cidades negras, deveriam ser sistematicamente erradicados, construindo-se em seu lugar cidades-jardins, submetidas a um plano higiênico e econômico (Mariano Filho, 1940; 1943a, p.16). O esforço urbanístico de Mariano visava não simplesmente reforçar os estigmas racistas mais comuns. Tratava-se ainda de discriminar o espaço da cidade entre os valores aristocráticos mais elevados e as contingências de uma cidade industrial. Assim, seria preciso estabelecer na lei de loteamento urbano uma hierarquia: um grupo de ruas nobres nas quais se agrupariam as casas de grande aparato arquitetônico; os outros bairros, incluindo os suburbanos, também deveriam eleger por plebiscito as suas ruas nobres; por fim, os bairros-jardins operários perfeitamente higienizados e saneados (Mariano Filho, 1943a, p.14).

Esta proposta de criação de bairros-jardins nas periferias das grandes cidades justifica-se no relato da gênese dos males eugênicos de que as favelas e cortiços supostamente eram a causa: “basta visitar as favelas e as ‘cabeças de porco’ da Capital Federal para desse flagelo ter-se uma nítida idéia. E nelas, pode-se dizer que têm início todas as misérias morais e materiais e todos os vícios. Nelas medram a tuberculose, o alcoolismo; é ainda aí que se desenvolvem os baixos instintos. Lutar contra as favelas e as ‘cabeças de porco’, é batalhar pela elevação da moral e pela melhoria do físico da raça”. Nesta tese, defendida perante o I Congresso de Habitação de São Paulo, de 1931, o engenheiro Marcello Taylor Carneiro Mendonça propunha uma função cívica e moral da casa popular: “os governos encontrarão na criação das cidades-jardins a melhor solução para a maior parte dos grandes problemas nacionais presentemente, pois que, na cidade jardim, os homens se tornam melhores e mais fortes. Satisfeitos em seu lar, tendo que cuidar do seu jardim e da sua pequena horta, o operário não precisa procurar esquecimento na bebida e no jo-

go. A natalidade aumenta e a mortalidade diminui em proporção surpreendente. As crianças têm campos de recreio e, assim sendo, crescem fortes e sadias” (Mendonça, 1931, p.141-2). *Urbs in Orto*, eis a divisa que animava a guerra às favelas travada em paralelo à discussão do plano de remodelação do Rio de Janeiro.

É curioso perceber que muitas vezes esta idéia higiênica de recriação do campo na cidade como forma de melhorar moralmente os indivíduos e aperfeiçoar fisicamente as gerações será colocada não somente como alternativa à questão habitacional e degradação de espaços focais da cidade, mas também como resposta ao problema da nacionalidade. Por vezes, a sugestão de um “urbanismo rural” seria aventada até mesmo como forma de enfrentar o problema da fixação e da distribuição das massas populacionais no território. Quanto às elites, é sintomático que estas propostas, já com José Mariano, não fossem de todo incompatíveis com a defesa de áreas estritamente residenciais, divididas em lotes de dimensões generosas, onde fosse proibida a construção de arranha-céus e protegido um certo número de ruas para a construção de habitações de maior aparato arquitetônico. Se não fosse o caso de propor a construção de bairros-jardins à maneira inglesa, vale salientar que a idéia original em germe já continha esta distinção entre a cidade e o enclave selecionado.²⁰ “É natural que os velhos bairros aristocráticos do II Império reivindiquem os direitos topológicos das ruas de tradicional nobreza. Assim, Botafogo, teria a rua S. Clemente, convenientemente alargada, desde a praia de Botafogo ao Largo dos Leões, a rua Real Grandeza, e possivelmente a rua Mariana. O Engenho Velho defenderia a rua Conde Bonfim, no trecho compreendido entre a rua do Uruguai e a Usina. Copacabana teria de voltar as suas vistas para a avenida Delfim Moreira” (Mariano Filho, 1943a, p.14).

Quanto aos setores populares, o caso pernambucano é exemplar. Além de fazer desaparecer o mocambo da paisagem recifense, era preciso deslocar o “mucambeiro para trabalhar em colônias agrícolas”, afinal a “integridade higiênica” da cidade estava ameaçada. A evolução da legislação sobre construções na cidade do Recife revela o progressivo estreitamento da margem de tolerância das autoridades com relação a este tipo de habitação (Lira, 1997, p.113-215). Um urbanista tão eminente quanto José Estelita, em 1938, defenderia as bases antro-po-geográficas de um certo “urbanismo rural” moderno na Alemanha e na Itália: “Lendo-se *SIEDLUNGSKUNDE*, a parte da antro-po-geografia que se ocupa com os estudos de colonização, verifica-se como tem sido útil ao país o moderno Urbanismo rural, como ele tem procurado resolver o problema social de um modo lógico, definitivo e humano ... O descongestionamento desta capital, o aproveitamento, na lavoura, dos desempregados e a sua fixação ao solo, enfim, a objetivação do *RITORNO ALLA TERRA* italiano, a construção do *SIEDLUNG* alemão, é, talvez, uma das mais sérias questões a serem encaradas pelo Conselho Legislativo e de Economia do Estado. Precisamos, sob as influências benéficas do Estado Forte, seguir, no Brasil, o lema do Duce, se quisermos engrandecer o território pátrio: *‘Ricattare la terra e con la terra gli uomini e con gli uomini la razza’*” (Estelita, 1938, p.47).

MAPEAMENTO ÉTNICO E CONTATOS DE RAÇA

Enquanto esta paranóia eugenista, acompanhando uma tendência mais ou menos geral na opinião científica e política da época, estendia os seus jargões sobre o campo do saneamento urbano, da habitação popular e do urbanismo, um conjunto de trabalhos procurará refletir sobre a complexidade das relações raciais no país. À frente deste grupo estava o sociólogo norte-americano Donald Pierson, professor da Escola Livre de Socio-

²⁰ Sobre esta discussão, ver o primeiro capítulo da tese de ANDRADE, C. R. M. de, *Barry Parker: um arquiteto inglês na cidade de São Paulo*, Tese de Doutorado, FAU/USP, 1998.

logia e Política de São Paulo. Em um trabalho de revisão da pesquisa sobre os contatos raciais e culturais no Brasil, publicado em 1941, Pierson traça o elenco dos temas aventados nesta discussão: “a natureza do folclore por oposição à civilização; os mecanismos de desintegração e reintegração cultural; a ordem (se há alguma) da transmissão cultural entre duas ou mais culturas interagindo; o papel do prestígio na aculturação; a possibilidade de mudança no conteúdo cultural sem comprometimento da forma cultural; competição racial, biótica e econômica; conflito racial e cultural, acomodação e assimilação; diferenças raciais e estratificação de classe; miscigenação e formação de novas raças; a constituição biológica e o papel social do híbrido racial; os efeitos da mistura racial na estrutura social; a origem, desenvolvimento e mutação das ideologias raciais, atitudes raciais e consciência de raça” (Pierson, 1941). É importante notar que neste vasto inventário de questões de propósitos estritamente acadêmicos, a única menção aos trabalhos de Oliveira Vianna apareça no momento em que se discute a ideologia racial da miscigenação: “*Oliveira Vianna has described the process of what he refers to as ‘progressive Aryanization’ of the Brazilian population and, influenced by a statistical study on the part of Bessie Wessel of intermarriage in a Rhode Island city, has sought to define, for certain racial and national groups in Brazil, ‘coefficients of fusibility’*” (Pierson, 1941, p.469-70). Influente referência em uma série de trabalhos que visavam subsidiar uma política eugênica associada a uma política de imigração, a questão dos coeficientes de fusibilidade se colocaria no horizonte de boa parte dos estudos sobre as relações entre raças, etnias e nacionalidades.

Um estudo do professor da Universidade do Texas, Samuel Lowrie, colega de Donald Pierson na Escola Livre de Sociologia e Política, sobre São Paulo, se não convergia imediatamente para tais propósitos, parecia tomar como pressuposto uma visão do processo histórico de miscigenação no Estado muito próxima a de Oliveira Vianna. Em São Paulo, a miscigenação foi tanto mais rara, quanto mais forte os obstáculos à infiltração de indivíduos de cor na classe superior. Historicamente marcado pelo apreço à pureza da raça e orgulho de sangue das antigas famílias – e, por conseguinte, acrescenta Lowrie, pelo preconceito racial –, o passado estadual é repleto de provas de recalque da mistura de índios e brancos, de diferenciação de classe pela cor e mesmo de discriminação das classes segundo a cor (Lowrie, 1938a). Regime de diferenciação histórico, o presente não negaria a sua continuidade. E isto mesmo quando se tomasse o caso da capital do Estado. Em um estudo de três grupos de renda distintos da população da cidade de São Paulo, cerca de 2.700 famílias pesquisadas, Lowrie verificou o enorme peso do critério de cor na diferenciação da sociedade local. Entre o grupo da classe superior, apenas 1% de mulatos e negros; no grupo intermediário, ou seja, as classes trabalhadoras, 3%; no grupo de nível mais baixo da estratificação, composto de indivíduos semidependentes, 27% são negros e pardos.²¹ “Para termos uma idéia de quão elevada é essa porcentagem basta recordar que apenas 48% dos avós dessas crianças eram brasileiros natos, acrescentando ainda serem alguns deles filhos de europeus, e, por conseguinte, brancos” (Lowrie, 1938b, p.201-2).

Se não havia núcleos de negros com limites definidos e população exclusivamente negra ou mulata, como um gueto, percebia-se aqui e ali graus de concentração de segregação rudimentar. E não apenas em relação aos negros, afinal “a cidade tem sido, desde o início do movimento imigratório, o ponto de afluência dos estrangeiros, sobre os quais parece exercer verdadeira atração. Grande parte da população classificada como brasileira, na realidade, descende, na primeira ou na segunda geração, de imigrantes europeus” (Lowrie, 1938a, p.37). Lowrie traça um mapa da distribuição das etnias e grupos nacionais pela cidade. Conforme suas observações, o município poderia ser dividido em duas

²¹ Sua base de dados é retirada de uma série de trabalhos realizados no âmbito da Escola Livre de Sociologia e Política. Ver CASTRO SILVA, C. de, GUIMARÃES, M. S., “Pesquisa sobre a mancha pigmentária congênita na cidade de São Paulo”, in *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, n.36, p.43-70, s.d.; PAULA SOUZA, R. de, “Contribuição à etnologia paulista”, in *Revista do Arquivo Municipal*, n.31, p.95-105, s.d.; idem, “Biotipologia dos Universitários Paulistas”, in *Revista de Biologia e Higiene*, v.7, p.25-40, s.d.; *Revista do Arquivo Municipal*, n.34, p.261-74, s.d.

partes por uma faixa irregular de Norte a Sul; à medida que nos aproximássemos das áreas rurais, notar-se-ia uma tendência visível da população para se tornar mais escura. A faixa central, mais densa, cortando alguns dos bairros residenciais mais selecionados, incluiria também distritos bastante pobres, repletos de cortiços superlotados. A concentração mais pronunciada de mulatos e negros nestes últimos, decorreria provavelmente da proximidade dos locais de trabalho, em grande parte nas casas de família de renda superior. De ambos os lados desta faixa central estariam situadas as zonas cuja população era acentuadamente clara: a Leste, haveria uma gradação do Brás, Moóca e outros distritos, onde quase todas as crianças eram brancas (95%), até a Penha, Itaquera ou Lageada, onde passaríamos a encontrar progressivamente mais habitantes de cor. A Oeste, haveria uma zona branca menor na Lapa separada do núcleo central por uma longa faixa de população com 5% a 10% de negros e mulatos; esta zona intermédia, por sua vez, estender-se-ia para o Sul até alcançar toda a parte Sudoeste do município (Lowrie, 1938a, p.52).

Este mapa de divisão racial da cidade poderia naturalmente ser matizado por um mapa de nacionalidades que “mostra uma zona alongada de concentração brasileira à esquerda do centro comercial da cidade, zona essa muito semelhante à dos mulatos e negros. Os pontos de densidade máxima de brasileiros diferem ligeiramente dos de concentração dos elementos de cor. À medida que se aproximam as zonas rurais aumenta a proporção de elementos brasileiros, exatamente como ocorre com a de mulatos e negros” (Lowrie, 1938a, p.53).

Um dos esforços pioneiros, do ponto de vista da pesquisa social,²² de estabelecimento de uma cartografia da cidade com relação ao estabelecimento dos diferentes grupos nacionais foi realizado por Oscar Egídio de Araújo em 1940. Com ele, percebe-se visivelmente o funcionamento técnico da doutrina eugênica como questão de interesse nacional. Preocupado com o processo de assimilação neste enorme *melting-pot* de raças que era São Paulo, este técnico de estatística do Departamento de Cultura, assistente da Escola Livre, irá realizar um levantamento de “enquistamentos étnicos” na cidade. Para ele, evidentemente, este trabalho não era mera obra de curiosidade. Deveria, antes, como não poderia deixar de ser no caso de um discípulo de Oliveira Vianna, responder a preocupações oficiais com a formação do homem nacional. Conhecer o comportamento das várias nacionalidades, orientar uma política imigratória, facilitar a permanência de elementos assimiláveis e impedir a entrada de elementos de baixo coeficiente de fusibilidade eram, portanto, desde o início, objetivos expressos do trabalho.

Estes pressupostos surgiriam na própria escolha dos “bairros” a estudar: três grupos em especial, de imigração recente para o país, pareciam apresentar aspectos curiosos de fixação. Os sírios, os judeus e os japoneses revelavam uma certa tendência para a concentração e isolamento, configuravam na paisagem urbana fisionomias típicas da nacionalidade e apresentavam alto índice de nupcialidade endogâmica, quase constituindo “guetos”. O “bairro” sírio, entre a Sé e Santa Ifigênia, alongando-se em direção ao Bom Retiro, já demonstrava características peculiares a olho nu. Igrejas ortodoxas, restaurantes sírio-libaneses, lojas de atacadistas de fazendas e bijuterias por toda parte; livrarias que só vendiam livros escritos em árabe, muita música “típica e canções dolentes e sentimentais pelas melhores vozes do Oriente”, nos cafés e confeitarias fregueses e atendentes a se expressar em língua estrangeira, cardápios característicos, quibe cru, quibe com coalhada, quibe ao forno, folha de uva recheada, cafta assada, semente de abóbora no lugar do amendoim, muita coisa à maneira da Síria, do Líbano, da Armênia.

22 Há toda uma produção anterior, principalmente de cunho jornalístico e literário, sobre a ocupação da cidade pelos imigrantes estrangeiros e constituição de referências espaço-temporais dos diversos grupos nacionais que se instalaram na capital paulista. O conjunto de reportagens de Guilherme de Almeida publicadas em 1929 no jornal *O Estado de S. Paulo* sob o título de “Cosmópolis” é exemplar, ALMEIDA, G. de, *Cosmópolis, São Paulo/29*, São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1962.

A concentração dos japoneses não era muito diferente. Localizada sobretudo ao Norte do distrito da Liberdade, ali se encontravam com facilidade produtos típicos e “toda sorte de bijuteria delicada e interessante que só o japonês sabe executar”, jornais nipônicos, anúncios subscritos em caracteres japoneses, em toda parte, nas quitandas, leiterias, tinturarias, confeitarias, sapatarias e farmácias, empregados e profissionais japoneses ou filhos de japoneses. Em um caso como no outro, valendo-se dos antigos sobrados de porões habitáveis, formavam-se cortiços e habitações coletivas. Tendência à concentração que suscitava polêmica entre os especialistas nos coeficientes de fusibilidade.

A mesma coisa podia ser dita quanto aos judeus. Observando uma grande concentração deles no Bom Retiro e na Luz, com seus gorrinhos pretos e barbas quadrangulares, próximos às peixarias e estabelecimentos de fabricação e venda de artigos de vestuário, sem demonstrar traços de anti-semitismo, o articulista generalizava a sua preocupação: “É inegável a existência de uma defesa natural do elemento estranho, acrescida pela dificuldade de ambientar-se em meio de usos, costumes e tradições diferentes, mas, não é menos verdade, que coexiste, ao mesmo tempo, uma pressão unificadora que impele esses elementos a viver de acordo com o novo habitat” (Araújo, 1940, p.245).

Ora estes estudos sobre São Paulo têm em comum o fato de pensar a separação, mais do que a integração. Não apenas preocupados com as relações entre brancos e pretos, mas voltados sobre uma cidade cada vez mais ocupada por imigrantes europeus e asiáticos, os estudos sobre as colônias de estrangeiros pareciam partir de um interesse comum: pela segregação na cidade do elemento brasileiro. Se ali configurava-se o tema das fronteiras étnicas, um estudo de Donald Pierson sobre a Bahia iria contribuir para borrá-las.

Enquanto pesquisador, este professor de sociologia e antropologia social desenvolverá uma série de trabalhos sobre as relações raciais e culturais no Brasil. Na introdução do famoso *Branços e pretos na Bahia*, originalmente publicado em inglês pela Universidade de Chicago em 1942, seu mestre Robert Park, convencido das possibilidades que o Brasil apresentava ao meio acadêmico norte-americano para o estudo dos contatos entre raças e culturas, apresenta de maneira um tanto quanto idílica o mistério das “distâncias” nesta sociedade: “para o estrangeiro que na Bahia percorra uma das elevações onde moram os ricos, é uma experiência um tanto bizarra, ouvir vindo dentre as palmeiras dos vales vizinhos, onde os pobres moram, o insistente rufar dos tambores africanos. Tão estreitas são as distâncias espaciais que separam a Europa situada nas elevações, da África situada nos vales, que é difícil perceber a amplitude das distâncias sociais que as separam”. Elemento retórico, sem dúvida, de um discurso altamente disciplinado pela Ecologia Humana (Park, 1945, p.46-7).²³ As conclusões de Pierson, valendo-se ao mesmo tempo desta predisposição de cientista social norte-americano e do otimismo brasileiro suscitado pela reavaliação bem-sucedida de Gilberto Freyre da contribuição africana, irão confirmar as expectativas do trabalho. Dos mais notórios *melting-pots* de raças e culturas de todo o mundo, este Brasil multirracial, e em particular a sociedade baiana que ele estuda, teria uma estrutura que se fundamentava principalmente em distinções de classe e não de casta (Dumont, 1992). Ainda que ligadas a diferenças de cor e raça, a classe representaria nesta sociedade o critério principal de “*status*”.²⁴

Mas onde entrava a cidade neste conjunto de teses? Ora, todo o trabalho de Pierson é montado sobre a realidade das relações raciais na cidade de Salvador – que o autor designa pelo nome costumeiro. É lá que historicamente pode-se observar uma distribuição espacial das classes e das raças; é sobre ela que a história e o fim da escravidão e do domínio colonial da terra são refletidos; é nela que os casamentos inter-raciais, a miscigenação

23 Entre as referências de Pierson, constam trabalhos de Robert Redfield, Ellsworth Faris, Roderick Mckenzie, Herbert Blumer, além de artigos clássicos de Robert Park sobre relações raciais e o homem marginal.

24 Vale uma comparação entre as premissas e informações prévias apresentadas nos prefácios e introduções do livro com as conclusões sobre a situação racial baiana apresentadas no último capítulo do livro, p.391-422.

e a diluição das linhas de cor são pensadas. O capítulo VIII do livro, a contribuição talvez mais original de todo o trabalho, apresenta os dados de uma pesquisa de campo realizada na capital sobre a “composição racial das classes na atual sociedade baiana”. Ali, o esquema de uma pirâmide ocupacional seria esboçado com base nos tipos étnicos predominantes em Salvador. Um mapa étnico-social da cidade seria traçado com a distribuição dos pretos, brancos, mulatos, cafuzos e branqueados em um conjunto de lugares e instituições representativos da vida urbana, as escolas, os clubes, as igrejas, os sindicatos, a política, os jogos e o carnaval, como forma de verificar o regime de “*status*” na sociedade local (Pierson, 1945, p.240-68). Mas a escolha da cidade não era aleatória. Se a Bahia é eleita como contraponto a um “mundo cada vez mais dilacerado pelo conflito, desconfiança e ódio entre raças e entre nacionalidades” (Pierson, 1945, p.28),²⁵ a sua escolha era também metodológica. Tal a razão de o livro abrir com um capítulo sobre este porto da Bahia. Além de ser ele uma porta privilegiada de entrada e exame *in loco* da situação racial brasileira, como “cidade portuária”, Salvador era também um laboratório bastante útil.²⁶ Afinal, nesta sociedade de classes multirracial, a negociação e o contato étnicos, mais do que o conflito e a separação entre as raças, pareciam confirmar as impressões preliminares. O último capítulo do livro, além de apresentar as eloqüentes conclusões que reforçam a crença na “democracia racial” brasileira, nos coloca diretamente no espaço metodológico da cidade olhada pelas lentes de um sociólogo de Chicago.

25 Pierson se refere explicitamente à situação do judeu na Europa, do negro nos Estados Unidos, ao pan-arabismo e ao pan-eslavismo, aos nacionalismos na Índia, no Oriente Próximo e em outros países maometanos, na União Sul-Africana e na costa oeste da África.

26 O primeiro capítulo é rebatido no último. Ver PIERSON, D., op.cit., 1945, p.443-4.

CARÁTER DA CIDADE E REGIONALISMO URBANÍSTICO

Um dos enigmas proposto pelo estudo do regionalismo do Nordeste, do qual Gilberto Freyre emerge como um dos principais fomentadores a partir dos anos 20, está em sua relação com o movimento modernista (Rezende, 1997; Azevedo, 1983; D’Andrea, 1992). Provavelmente não há dúvidas de que a boa tradição regionalista continua a reitear o valor da terra, do clima, do homem, da casa. Como também não há dúvidas que se monta por contraste ao furor neófito que soprava do Sul com seus “modernismos extremistas”, “futurismos enrijecidos” e “exageros de experimentalismo”. Mas a auto-imagem que projeta de si não é jamais a do regionalismo tradicional “deformado em aventuras de pitoresco ou cor local” (Freyre, 1955). Afirma-se, ao contrário, como “sã e criadora modernidade, obtida, parece que invariavelmente, à custa de concessões ou conluios entre o novo e o velho, entre o ímpeto revolucionário e a inércia invencível ou a tradição irreduzível” (Freyre, 1946, p.18).

O contraponto ao modernismo paulista ficaria exemplarmente apresentado na sua passagem de Guilherme de Almeida pelo Recife em sua famosa “marcha pela brasilidade” (Amaral, 1970). Sobre ele, exprime-se Gilberto Freyre em sua coluna no Diário de Pernambuco: “não distingue a tradição que se vive, da tradição que se cultiva a discurso e a fraque e a hino nacional e a vivas à República. Ele não distingue o regionalismo a Jeca Tatu, caricaturesco e arrevesado, do regionalismo que é apenas uma forma mais direta, mais sincera, mais prática, mais viva de ser brasileiro”.²⁷ Confusão imperdoável, pois “os chamados ‘neotradicionalistas’ do Recife sentimos na tradição nordestina uma força viva e plástica a ser desenvolvida em valores novos, atuais, ativos. Nunca um peso morto a ser tristemente arrastado pela vida”.²⁸

Vale frisar que o regionalismo freyreano pertence ao clima intelectual de uma cidade específica: o Recife, cidade vista ao mesmo tempo como símbolo de uma civilização

27 FREYRE, G., “A propósito de Guilherme de Almeida”, in *Diário de Pernambuco*, 15/11/1925.

28 Idem, “A propósito de regionalismo no Brasil”, in *Diário de Pernambuco*, 11/10/1925.

luso-afro-brasileira bem-sucedida, e em que a faculdade de adaptação e hibridização entre raças e culturas e delas com o meio tropical é significativa. Esta cidade-berço do regionalismo, desde os anos 20 percorrida e observada intensamente pelos escritores, artistas e intelectuais locais, receberá com a pena de Gilberto Freyre a sua caracterização mais influente. A ela, o autor de *Casa-Grande & Senzala*, dedica o seu primeiro guia de orientação aos visitantes. No seu *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*, de 1934, ele escreve: “As ruas do Recife variam muito de fisionomia, de cor, de cheiro. Parecem às vezes cidades diferentes. Há ruas perfeitamente européias, como a Avenida Rio Branco. Outras que dão a idéia de se estar no Oriente com a Estreita do Rosário à noite, como o Beco do Cirigado, o Beco do Marroquim, a Rua do Fogo ... Enquanto certos trechos da cidade dão a lembrar cidades do Senegal. Trechos com mucambos, casas de palha, que aliás, não são tão ruins, sob o ponto de vista da higiene, como os ‘cortiços’ e as ‘ilhas’ feias, tristonhas, em que se ensardinha a pobreza européia” (Freyre, 1934). Situada entre o Ocidente e o Oriente, a África e a Europa, a cidade é, portanto, descrita como tendo se formado da contribuição heterogênea de gente de diversas procedências, etnias, credos e línguas. Cercada de lendas, mitos e mal-assombros, recatada e misteriosa qual rosto de mulher moura, – à diferença do Rio de Janeiro ou da Bahia, cidades francas e fotogênicas –, jamais se oferecia diretamente à admiração de quem ali desembarcasse. Era nesta cidade, coberta de mistério, que o problema da identidade regional e nacional precisava ser procurado. Vendo as coisas assim do seu próprio modo, o cicerone traduzia a cidade em valor nacional: a sua formação mestiça, os seus espaços de sociabilidade dilatados pela aproximação entre as ruas e as casas e a sua arquitetura tradicional harmonizavam-se exemplarmente com a moldura natural que a envolvia (Lira, 1996).

Inspirado sem dúvida pelo amor da terra, mas em oposição ao espírito dominante na província, Gilberto Freyre iria afirmar o seu localismo como uma forma de buscar a expressividade da vida vivida em uma época em que tudo tendia à artificialização, à standardização e à imitação cega da novidade estrangeira. Bom regionalismo que representaria a aceitação do Brasil em sua realidade diversificada como condição para uma “pátria independente”.²⁹

Tratava-se de um espírito ou consciência do papel de sua geração. O pertencimento a esta “pátria do tempo” apontava o caminho a ser seguido na hora presente pelo intelectual brasileiro. Em sua *Apologia pro generatione sua*, texto redigido em 1924, ele defenderia uma posição coletiva: “Também à geração nova do Brasil se impõe uma série de retificações, de reintegrações e de compensações, em relação com excessos dos anteriores. Talvez o nosso esforço deva ser apenas de indagação e de interpretação, e não ainda o de ação desembaraçadamente construtora ou de criação livre, com elementos autenticamente nossos, enraizados no nosso passado e recriados por nós, diversos dos valores falsos e estranhos à nossa tradição nos quais viveram e procuraram fazer o povo brasileiro viver tantos dos líderes intelectuais e políticos do Brasil de 1889, 1900, de 1910” (Freyre, 1941, p.75-6). Em continuidade, mas também como realinhamento em relação ao começo de reação nacionalista esboçado pelos “irmãos mais velhos de nossa geração” – aí incluídos Jackson de Figueiredo, Gilberto Amado, Ronald de Carvalho, Tristão de Athayde, Oliveira Viana e outros –, um inquérito das condições sociais e intelectuais do Brasil surge como programa a ser desenvolvido pelos mais jovens.

É verdade que a história do Centro Regionalista do Nordeste, fundado no Recife naquele mesmo ano de 1924, revela o convívio entre uma diversidade de posturas intelectuais, políticas e estéticas. Havia nele um forte componente tradicionalista. O senti-

²⁹ Idem, “Do bom e do mau regionalismo”, in *Revista do Norte*, n.5, out. 1924.

mento de região empobrecida ou abandonada conduziria alguns de seus membros a posições expressamente separatistas. Os mais simpáticos à estética neo-colonial também a ele se juntariam como forma de resistirem à decomposição da herança senhorial de arte que lhes dizia respeito. Outros, ainda, patrioticamente ciosos das tradições aristocráticas pernambucanas, revelariam o seu devotamento paternalista com relação ao povo. O traço conservador, todavia, ganharia um conteúdo aparentemente anticonformista na valorização dos elementos híbridos, primitivos ou inconscientes de cultura. Na contramão do progresso técnico, muitos de seus adeptos iriam colocar a contribuição do negro, da mulher, do pobre, da criança e do mestiço na ordem do dia das preocupações artísticas e intelectuais.

Era preciso que o intelectual e o artista, fossem ou não descendentes de aristocrata, “descessem” à cozinha para provar o ponto de um doce de goiaba ou experimentar o tempero de um guisado de peru; que fossem ao mercado comer sarapatel; que se metessem em aventuras oceânicas de jangadeiro, saboreassem uma peixada à moda da casa. Afinal, recordaria Gilberto Freyre daqueles anos (Candido, 1993), “mestres” de música eram os cantadores de modinhas; mestres de dança eram alguns dos babalorixás e ialorixás dos xangôs; mestres de medicina eram esses curandeiros e doutores em ervas da região; mestres de higiene tropical eram as mulheres do povo com seus xales e mantilhas; mestras da arte da decoração, as negras de tabuleiro que enfeitavam os seus doces com papel recortado; mestras do adorno pessoal de acordo com a paisagem e o clima, as morenas, as mulatas e as cabrochas cujos cabelos brilhavam à luz do luar amaciados pelos mais puros óleos de coco e perfumados pelos mais cheirosos jasmims. Era com eles que escritores, pintores e desenhistas deveriam conviver para criar algo de novo. E tais as lições que um Vicente ou um Joaquim do Rego Monteiro, um Manoel Bandeira, um José Lins do Rego, uma Lula Cardoso Ayres, um Cícero Dias, um Ascenso Ferreira, um Joaquim Cardozo, um Gilberto Freyre deveriam seguir.

Este primitivismo ambíguo, muitas vezes indeciso entre o culto do pitoresco e a renovação estética, junto com o seu ecologismo, talvez tenha dado os traços de vanguarda do movimento. Com certeza, cedia à inspiração expressionista que reabilitava um certo nacionalismo, medievalismo ou regionalismo artístico; ao cubismo e ao surrealismo que então se voltavam para a Arte Negra, as máscaras africanas, as padronagens pré-colombianas, a figuração ingênua dos loucos, dos sonâmbulos, das crianças (Souza, 1980, p.249-77; Cardozo, 1985; Dantas, 1996, p.195; Lopez, 1996, p.17-70). Possuía também um forte componente antropológico que, mais uma vez pela influência de Freyre, iria contribuir para descartar os velhos preconceitos e complexos antitropicalistas e antimelancólicos. Franz Boas, não por acaso, autor de *Primitive Art* (1927), seu professor de antropologia social e cultural na Universidade de Columbia, seria também referência necessária à crítica da idéia evolucionista de mente primitiva. Como lembraria Freyre no “Prefácio” à primeira edição de *Casa-Grande & Senzala*, “foi o estudo de Antropologia sob a orientação do professor Boas que primeiro me revelou o negro e o mulato no seu justo valor – separados os traços de raça dos efeitos do ambiente ou da experiência cultural”³⁰.

Há nesta reabilitação da diferença entre raça e cultura, uma crítica direta às teorias eugênicas marcadamente preteridas pelos temas da saúde e da nutrição da população média no Brasil: “os que lamentam não serem puros de raça nem o Brasil região de clima temperado, o que logo descobrem naquela miséria e naquela inércia é o resultado dos coitos, para sempre danados, de brancos com pretas, de portuguesas com índias. É da raça a inércia ou indolência. Ou então é do clima, que só serve para o negro. E sentenciam-se de

30 O tributo ao mestre não poderia ser maior: “Aprendi a considerar fundamental a diferença entre raça e cultura; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influências sociais, de herança cultural e de meio. Neste critério de diferenciação assenta todo o plano deste ensaio”. Vide FREYRE, G., *Casa-Grande & Senzala*, Rio de Janeiro: Schmidt, 1933, p.xii.

morte o brasileiro porque é mestiço e o Brasil porque está em grande parte em zona de clima quente. Do que pouco ou nenhum caso tem feito essa sociologia, mais alarmada com as manchas da mestiçagem do que com as da sífilis, mais preocupada com os efeitos do clima do que com os de causas sociais suscetíveis de controle ou retificação; é da influência que sobre as populações mestiças, principalmente as livres, terão exercido não só a escassez de alimentação devida à monocultura e ao regime do trabalho escravo, como a pobreza química dos alimentos tradicionais” (Freyre, 1933, p.51ss.). O interlocutor específico, percebia-se: Oliveira Vianna, “o maior místico do arianismo que ainda surgiu entre nós”, contra quem eram apostos os trabalhos de Alfredo Ellis Jr., Paulo Prado, Alcântara Machado, Afonso de E. Taunay sobre a eugenia do bandeirante paulista (Freyre, 1933, p.47, 64-7, 333).

Mais uma vez, o estudo do Recife lhe conferia vantagens de caso. Ali era possível refletir sobre a história colonial portuguesa em um país de clima quente, sob o regime de economia patriarcal centrada em estruturas arquitetônicas modelares de residência e produção baseada na escravidão. Muito da indefinição étnico-cultural de origem poderia ser testemunhado em aspectos característicos da vida urbana, da cultura popular e da construção tradicional. A tradição popular não estava apenas limitada aos bairros de habitação mais pobre e à arquitetura dos mocambos da cidade eternamente defendidos por Freyre (1936; 1937), mas a percorria de ponta a ponta com os vendedores ambulantes de peixe, de macaxeira, de fruta, com as baianas de fogareiro, negros de balaio, vassoureiros, velhinhos, cegos e aleijados, e atingia os seus bairros mais centrais, o meio de toda rua e mesmo o mundo requintado e antitético dos sobrados. Nesta imagem alternativa da cidade, cultivava-se uma sociabilidade da mestiçagem, no que a herança da casa-grande fundia-se à resistente tradição dos mocambos (Araújo, 1994, p.165-73). De um lado, balcões e paredes grossas que em Megaípe recordavam um pouco das casas andaluzas com sua elegância heráldica; a arquitetura amouriscada dos sobrados com salientes sacadas sobre cães de pedra, casas de beirada arrebicada à moda chinesa ou com janelas enxadrezadas com muxarabis do bairro de São José. De outro, as pequenas casas de taipa e palha, as habitações vegetais feitas com engenho e arte, com suas portas e janelas muitas resolvidas pela arte do trançado indígena em palha ou capim, as mais adequadas ao clima e econômicas entre as soluções de moradia para os pobres.

Desde a redação do programa regionalista em 1925, a “defesa da fisionomia arquitetônica do Nordeste” relacionava-se com o reconhecimento tácito da necessidade de “urbanizar” as capitais da região; e se jamais uma proposta própria de urbanismo tenha sido formulada pelo movimento encabeçado por Freyre, defendia-se desde então o cuidado especial com o patrimônio artístico, arquitetônico, histórico e natural destas cidades (Azevedo, 1983, p.181). Na segunda metade dos anos 20, com efeito, fosse pelo círculo regionalista do Nordeste ou do grupo em torno da *Revista do Norte*, fosse pelo *Diário de Pernambuco* ou pelo jornal *A Província*, Freyre, Joaquim Cardozo, Mário Sette, Manuel Bandeira, Aníbal Fernandes etc. se bateriam pelo reconhecimento das qualidades tradicionais do Recife. Naquele momento, tratava-se certamente de uma espécie de reação à visão negativa pela qual as características lusitanas e africanas na cultura local começavam a ser genericamente compreendidas. Assim, ao lado do elogio que a arquitetura portuguesa traria ao Recife – “honesto arquitetura cheia de boas reminiscências orientais e africanas, inclusive a da cor, a dos verdes, azuis, roxos, amarelos, vermelhos vivos dos sobrados altos, das casas de sítio, das próprias igrejas” –, seria traçada uma “apologia das velhas ruas estreitas do Nordeste”. Bem situadas em relação aos ventos e ao sol, as velhas ruas para

um regionalista do Recife eram superiores em pitoresco e em higiene às ruas largas, essas “avenidas incaracterísticas”, *boulevards* amazônicos, ridículas imitações de *broadways* “por onde a gente que anda a pé só falta derreter-se sob o sol forte com que o bom Deus ora nos favorece ora nos castiga”, e que apenas se justificavam na justa medida do tráfego e jamais como alternativa geral às outras.

Se a rua larga era uma necessidade da cidade moderna, não era possível esquecer que em uma cidade situada nos trópicos era sempre recomendável um “certo número” de ruas estreitas nas quais se conservasse “a sabedoria dos árabes, antigos donos dos trópicos. ... A sabedoria das ruas com arcadas, de que o Recife devia estar cheio. A sabedoria das casas com rótulas ou janelas em xadrez” defendendo os habitantes dos excessos de luz, de sol e de calor e protegendo-os com a doçura das suas sombras. Ruas que convidariam o habitante a andar a pé e devagar, no próprio centro da cidade, sem se preocupar com os automóveis, os caminhões e os bondes.³¹ Era isso o que se propunha e jamais o mau exemplo do Rio de Janeiro de Pereira Passos, cuja avenida central tornara-se modelo inspirador de tudo quanto era reforma urbana no Brasil: “O Rio, no conjunto de suas avenidas novas e dos seus palácios cosmopolitas, não passará dum amontoado inexpressivo de construções: imitá-lo será para o Recife o sacrifício de personalidade própria a um modelo que já em si é incolor, indistinto, inexpressivo”.³² À crítica, tantas vezes reiteradas, do ecletismo burguês na arquitetura, somava-se a denúncia da perda de caráter das cidades, bastante coerente com a sua compreensão da importância da diversidade regional no Brasil.

Defesa do caráter da cidade em uma época tida como de modernização ou de transição (Freyre, 1979)³³ no qual aspectos pitorescos do Recife – a Lingüeta, o Arco de Santo Antônio, os quiosques, as ruas estreitas, os sobrados de cor forte, os mocambos ou as gameleiras – pareciam sumir de sua paisagem física. Um Recife anti-recifense, traidor de si mesmo, espezinhava o que lhe restava de irregular, de à-vontade, de imune ao “engenheirismo, ao haussmanismo, ao geometrismo. À tirania da pedra azul”. As cidades familiares, amigáveis e pitorescas, esverdeadas pelo tempo, sujas de velhice estavam desaparecendo nestas cidades que às criaturas sensíveis surgia como estrangeira e sem caráter. Espécie de consciência de seu próprio espaço em crise de representação cultural, tal o sentimento que as insolentes avenidas, os andaimes erguidos, as macabras demolições proporcionavam à imaginação decadentista do intelectual regionalista. Recatada e mourisca para Freyre; magra, reservada e difícil, para Manuel Bandeira (1928), por razões de psicologia e compleição física da cidade, assim deveria permanecer. Os urbanistas não deveriam querer engordá-la com seus planos e avenidas modernas; nem os construtores com estes edifícios exibidos que se ofereciam à primeira vista. O exemplo do Recife era dos mais adequados ao comentário da personalidade urbana: como não era cidade oferecida e “semostradeira”, não se dava bem com o novo-rico, o novo-culto, o novo-poderoso que a queriam reformar a todo custo.

É verdade que havia aqueles que sonhavam com a cidade marchando para o futuro sobre a cidade velha, como um Deus dominando o próprio diabo. No artigo “Da tirania da pedra azul, livra-nos ó senhor!”, Freyre dava voz a este interlocutor hostil, situando com clareza o campo de combate imaginário que se formava: “outro dia um recifense falava do seu sonho de um novo Recife. Seria esse novo Recife uma delícia de linha reta. Uma delícia de simetria. Uma delícia de regularidade. Um Recife geométrico como um jardim do Loire. Casas dispostas como um menino dispõe soldados de chumbo para batalhas de brinquedo: em fileiras regulares. Árvores aparadas igualmente com o cabelo em escovinha dos órfãos e dos presos. As ruas todas da mesma largura. Nenhuma rua torta. Nenhuma

31 Cf. por exemplo, FREYRE, G., “Ruas de doces sombras”, in *Diário de Pernambuco*, 5/9/1926; Idem, “Artigos numerados 85”, in *Diário de Pernambuco*, 30/11/24; Idem, “Artigos numerados: 95”, in *Diário de Pernambuco*, 8/2/1925; e outros.

32 FREYRE, G., “Do bom e do mau regionalismo”, op. cit., 1924.

33 Cf. ainda FREYRE, G., “Artigos numerados: 53”, in *Diário de Pernambuco*, 20/04/1924.

igreja a quebrar a linha torta das ruas.”³⁴ “Olhei o sonhador”: faiscava em sua mão enorme pedra azul, o anel fatídico de engenheiro: a verdade era que “o diabo do meu concidado X” era o “meu Deus”. Uma espécie de urbanismo de Marta que não entendesse as preocupações de Maria na prefeitura de Jerusalém.³⁵ Mais uma cidade triste e monótona, feita à fita métrica como roupa ou caixão de defunto; mais uma cidade morta, era o destino desta utopia urbanística da disciplina.

Contra a linha reta e a geometrização do espaço; jogos maleáveis de acomodação com a história e a natureza, a paisagem e a construção tradicional, os mocambos, as artes aplicadas, as velhas árvores, os costumes e modos de vida locais. Afinal como obra conjunta de negros, brancos e índios, sobretudo portuguesa, mas vivamente colorida pelo intenso contato com o ameríndio e o africano, a obra de “civilização nos trópicos” não tinha por que repetir os modelos importados, uniformizando-se ou descartando as sugestões regionais em nome de um conceito equívoco de modernização. A imagem de uma nação surgia destas características urbanas que a diversidade de regiões permitia no país: “nunca que ao Brasil aconteça a desgraça de uniformizar-se filipicamente num império ou de integrar-se num sistema de uniformidade continental ou de rígida, dura e absoluta singularidade nacional de cultura, com o sacrifício de suas diferenças regionais; com todas as suas ilhas românticas e pitorescas de diversidade regional de cultura, de vida e de paisagens reduzidas a Ilhas do Diabo, a presídios melancólicos dos seus próprios valores, das suas próprias diferenças, das suas próprias singularidades provincianas; condenadas a morrerem de fome e esterilidade, para sobre os seus tristonhos restos etnográficos standardizar-se a paisagem cultural do continente americano ou do Brasil inteiro” (Freyre, 1943, p.51-2). Defesa, portanto, de diversidade que não coincidia com uma defesa da insularidade regional. Ao hibridismo de cultura corresponderia não apenas o mulatismo de arquitetura, mas a mestiçagem de cidades.

Esta projeção de sabor culturalista sobre a cidade, todavia, ao questionar radicalmente a autoridade técnica dos engenheiros no planejamento urbano, não iria esconder o seu compromisso profundo com a cidade biográfica, aquela onde se houvesse nascido e em cujos fundos de sítio cheios de cajueiro e touça de bananeira, tenha-se brincado na infância. Afinal, a decadência desta cidade, onde o sentimento de expressão regional chegou a ser tão forte como em poucas cidades da América, correspondia também, talvez, ao drama de toda uma comunidade que os romances do chamado “ciclo da cana-de-açúcar” pareciam exprimir, simultaneamente, pela forma do romance pessoal, familiar ou autobiográfico do tempo perdido com as transformações na vida rural da região, com a ascensão de valores novos, existência de homens que decaíam economicamente, apoiados apenas pelo orgulho patriarcal e tradição de senhores de engenho (Castello, 1960, p.xxx, xxxiv-v) O sentimento de declínio de uma região rebatendo-se em uma leitura melancólica e realista da perda em uma época de renovação social e experimentação artística. Como contrapartida à uniformização e standardização, essas formas de reposição da identidade local talvez não tenham passado, já então, “de sublimação cultural, forjando na ausência de referências sociais objetivas, identidades meramente simbólicas” (Arantes, 1997, p.20).

Que não se diga que a aderência da cidadela beletrista regional a um conjunto de representações tradicionalistas exprimia uma postura objetiva face as necessidades e realidades particulares disto que concebiam como o Nordeste, esta região brasileira por excelência; nem tão somente suas matizes ideológicas e conservadoras no plano da cultura. Em grande parte esta tendência regionalista parece ter refletido uma grave crise de iden-

34 FREYRE, G., in *Diário de Pernambuco*, 25/2/1926.

35 Idem, “A propósito de urbanismo”, in *Diário de Pernambuco*, 14/11/1926.

José T. C. Lira é arquiteto, doutor em Estruturas Ambientais Urbanas pela FAU/USP e professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos, USP. E-mail: jtlira@sc.usp.br

tidade do intelectual e do artista, coletivamente referida ao fato de pertencerem a uma parte do país em declínio econômico e cada vez menos prestigiada politicamente. É possível que compusessem aquilo que se chamou alguma vez de uma classe de remanescentes disponíveis para tentar recriar o mundo perdido no tempo intemporal (e no espaço intangível) da memória coletiva (Souza, 1980, p.109-16). Alternativa a uma cultura de transplante já saturada, que além de tudo se apresentava como oportunidade de renovação do repertório de idéias e imagens com as quais se acreditava poder fazer o que se quisesse.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, M. de A. "Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão das favelas no Rio de Janeiro". *Espaço & Debates*, n.37, p.34-46, 1994.
- ADORNO, S. F. "A gestão filantrópica da pobreza urbana". *São Paulo em Perspectiva*, n.2, p.8-17, abr./jun. 1990.
- AMARAL, A. *Artes Plásticas na Semana de 22*. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- ANDRADE, C. R. M. de. *A Peste e o Plano: o urbanismo sanitário do engenheiro Saturnino de Brito*. 1992. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- ARANTES, O. "Do universalismo moderno ao regionalismo pós-crítico". In: CARDOSO, L. A. F. *(Re)Discutindo o modernismo: universalidade e diversidade do movimento moderno em arquitetura e urbanismo no Brasil*. Salvador: MAU/UFBA, 1997a.
- ARANTES, O. "A Cultura nas novas 'estratégias' urbanas". Conferência pronunciada no Seminário Espaços Públicos e Exclusão Socioespacial. *Anais...*, São Paulo, FAU/USP, nov. 1998 (Mimeo.)
- ARANTES, P. "Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo". In: ARANTES, O., ARANTES, P. *Sentido da formação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997b. p.11-66.
- ARAUJO, O. E. de. "Enquistamentos étnicos". *Revista do Arquivo Municipal*, n.65, mar. 1940.
- ARAUJO, R. B. *Guerra e Paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- ARIES, P. *L'Enfant et la Vie Familiale sous l'Ancien Régime*. Paris: Plom, 1960.
- AZEVEDO, N. P. *Modernismo e regionalismo em Pernambuco*. São Paulo: FFLCH/USP, 1983.
- BANDEIRA, M. "Urbanistas, cuidado! O Recife é uma cidade magra". *A Província*, 30/12/1928.
- BASTOS, S. P. M. "A habitação popular atual". In: GRUPO DE AÇÃO SOCIAL, Segunda Semana de Ação Social do Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 1937.
- BEGUIN, F. "Les Machineries Anglaises du Confort". *Recherches*, 29, p.155-85, dez. 1977.
- BENCHIMOL, J. *Pereira Passos, um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio, 1990.
- BOYER, M. C. *The City of Collective Memory: its Historical Imagery and Architectural Entertainments*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1996.
- BRESCIANI, M. S. "Forjar a identidade brasileira nos anos 1920-1940". In: HARDMAN, F. F. *Morte e progresso: cultura brasileira como apagamento de rastros*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. p.27-62.

- CANCLINI, N.G. *Imaginarios urbanos*. Buenos Aires: EUDEBA, 1997.
- CANDIDO, A. "Aquele Gilberto". In: _____. *Recortes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- _____. "Uma palavra instável". In: _____. *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995.
- CARDOSO, I. R. *A Universidade da Comunhão Paulista*. São Paulo: Cortez, 1982.
- CARDOZO, J. "Prefácio-testemunho dos aspectos socio-culturais". In: BARROS, S. *A década 20 em Pernambuco*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1985.
- CARPINTÉRO, M. V. *A construção de um sonho: os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- CASTELLO, J. A. "Memória e regionalismo". In: REGO, J. L. do. *Menino de engenho. Doidinho, Banguê*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.
- CHALHOUB, S. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- COHEN, P. "Out of the Melting Pot into the Fire next Time: Imagining the East End as City, Body and Text". In: WESTWOOD, S., WILLIAMS, J. *Imagining Cities: scripts, signs, memory*. Londres: Routledge, 1997. p.73-85.
- CORBIN, A. *Le Miasme et la Jonquille*. Paris: Aubier Montaigne, 1982.
- CORREA, M. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. São Paulo: FFLCH/USP, 1982.
- COSTA, N. do R. "A questão sanitária e a cidade". *Espaço & Debates*, n.22, 1987.
- CROSS, M., KEITH, M. (Eds.). *Racism, the City and the State*. 2.ed. Londres: Routledge, 1995.
- D'ANDREA, M. S. *Tradição Re(des)coberta: Gilberto Freyre e a literatura regionalista*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- DANTAS, V. "Oswald de Andrade e a Poesia". *Novos Estudos*, n.30, jul.1991.
- DERRIDA, J. "La mythologie blanche". In: _____. *Marges de la Philosophie*. Paris: Minuit, 1972.
- DONZELOT, J. *La Police des Familles*. Paris: Minuit, 1977.
- DUMONT, L. "Casta, racismo e estratificação". *Homo Hierarchicus*, São Paulo: EDUSP, 1992, p.303-16.
- ESTELITA, J. "Fim social do urbanismo". *Urbanismo e Viação*, n.2, dez.1938.
- FERNANDES, A., GOMES, M. A. (Orgs.). *Cidade e História: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: UFBA/ANPUR, 1992.
- FIX, M. *O Estado e o capital nas margens do Rio Pinheiros: duas intervenções: Faria Lima e Água Espraiada*. Trabalho de graduação interdisciplinar, FAU/USP, 1996.
- FONSECA, A. M. M. *Das raças à família: um debate sobre a construção da nação*. Campinas: IFCH/Unicamp, 1992.
- FOUCAULT, M. *Histoire de la Sexualité*. Paris, Gallimard, 1976-1978.
- FREIRE, H. "A Formação das Cidades". *Revista do Brasil*, v.24, set./dez. 1923.
- FREYRE, G. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regimen de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.
- _____. *Guia Pratico, Historico e Sentimental da Cidade do Recife*. Recife: Oficinas Graphics de The Propagandist, 1934.
- _____. *Sobrados e Mucambos*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1936.
- _____. *Mucambos do Nordeste: algumas notas sobre o typo de casa popular mais primitivo do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937.

- FREYRE, G. "Apologia pro generatione sua". *Região e Tradição*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.
- _____. *Continente e ilha*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1943.
- _____. *Modernidade e modernismo na arte política*. São Paulo: Cruzeiro do Sul, 1946.
- _____. *Manifesto Regionalista de 1926*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955. Cadernos de Cultura.
- _____. "Vida Social no Nordeste: aspectos de um século de transição". *Livro do Nordeste* (1925). Recife: Arquivo Público Estadual, 1979.
- GANS, H. "Redevelopment of the West End". In: _____. *The Urban Villagers: group and class in the life of italian-americans*. Nova York. The Free Press, 1982.
- GOMES, M. A. *Pelo Pelô: história, cultura e cidade*. Salvador: UFBA, 1995.
- GONÇALVES, M. A., MAGGIE, Y. "Pessoas fora do lugar: a produção da diferença no Brasil". In: VILLAS BÔAS, G., GONÇALVES, M. A. (Orgs.). *O Brasil na virada do século: o debate dos cientistas sociais*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995. p.165-76.
- GUTIERREZ, R. *Buenos Aires, Evolucion Historica*. Bogotá: Escala, 1992.
- HALL, P. *Cities of Tomorrow*. Oxford: Blackwell, 1992.
- HESSE, B. "White Governmentality: urbanism, nationalism, racism". In: WESTWOOD, S., WILLIAMS, J. (Eds.). *Imagining Cities: scripts, signs, memory*. Londres: Routledge, 1997. p.86-103.
- HOBBSAWM, E. *Nations and Nationalism since 1780*. 2.ed., Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- KEITH, M. "Riots as a 'Social Problem' in British Cities". In: HERBERT, D. T., SMITH, D. M. (Eds.). *Social Problems and the City: new perspectives*. Oxford: Oxford University Press, 1989. p.289-306.
- LIMA, N. T., HOCHMAN, G. "Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República". In: MAIO, M. C., SANTOS, R. V. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996. p.23-40.
- LIRA, J. T. C. de. "O Germe da Lei Urbana e a Higiene da Casa (e) do Operário". In: IV Encontro Nacional da ANPUR. *Anais...* Salvador. 1993. p.505-20.
- _____. "Técnica sanitária e o traçado da cidade: representações de planta e plano no trabalho do urbanismo em Pernambuco na década de 20". *Pós*, n.5, p.69-84. abr. 1995.
- LIRA, J. T. C. de. "O Oriente é aqui: a cidade mestiça de Gilberto Freyre". In: Seminário de História da Cidade de São Paulo. *Anais...* Rio de Janeiro, 1996.
- _____. *Mocambo e cidade: regionalismo na arquitetura e ordenação do espaço habitado*. 1997. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- _____. "Mots Cachés: les lieux du Mocambo à Recife". *Genèses*, n.33, p.77-106, dec. 1998.
- LOPES, M. B. *Práticas médico-sanitárias e remodelação urbana na cidade do Rio de Janeiro, 1890-1920*. Campinas: IFCH/Unicamp, 1988.
- LOPEZ, T. A. P. *Mariodeandradiando*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- LOWRIE, S. "O elemento negro na população de São Paulo". *Revista do Arquivo Municipal*, v.48, p.27-32, jun. 1938.
- _____. "Origem da população da cidade de São Paulo e diferenciações das classes sociais". *Revista do Arquivo Municipal*, n.43, p.195-211, jan. 1938.

- MARIANO FILHO, J. “A expressão urbanística dos mocambos nordestinos”. *Urbanismo e Viação*, n.8, abr. 1940.
- _____. *Debates sobre estética e urbanismo*. Rio de Janeiro: s.n., 1943.
- _____. *A margem do problema arquitetônico nacional*. Rio de Janeiro: s.n., 1943.
- MARQUES, S. *Les Professions de l'Urbanisme au Brésil*. 1995. Tese (Doutorado) – EHESS.
- MARQUES, V. B. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, L. “O culturalismo dos anos 30 no Brasil e na América Latina: deslocamento retórico ou mudança conceitual”. In: MAIO, M. C., SANTOS, R. V. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.
- MELO, M. A. B. C. de. “A ideologia anti-urbana e a modernização da gestão municipal no Brasil: 1900-1960”. In: PADILHA, N. (Org.). *Cidade e urbanismo: história, teorias e práticas*. Salvador: MAU/UFBA, 1998. p.259-80.
- MENDONÇA, M. T. C. “Casas Populares – Cidades Jardins”. Congresso de habilitação. Annaes do Primeiro Congresso de Habitação, São Paulo: Escolas Profissionais do Lyceu Coração de Jesus, 1931.
- MOREIRA, F. D. *A construção de uma cidade moderna: Recife, 1909-1926*. 1994. Dissertação (Mestrado) – MDU/UFPE.
- MURARD, L., ZYLBERMAN, P. “La Cité Eugénique”. *Recherches*, n.29, p.423-53, dez. 1994.
- OLIVEIRA, J. C. de. “Saneamento das cidades”. *Boletim de Engenharia*, n.6, v.4, p.130-9, ago.1930.
- PADILHA, N. (Org.). *Cidade e urbanismo: história, teorias e práticas*. Salvador: UFBA, 1998.
- PARK, R. “Introdução à edição norte-americana”. In: PIERSON, D. *Branços e pretos na Bahia; estudo de contacto racial*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1945.
- PEREIRA, P. G. “A drenagem superficial do Recife como factor importante para a sua salubridade”. *Boletim de Engenharia*, n.3, v.3, fev. 1928.
- PESAVENTO, S. “Endroits Maudits: la ville de l'autre dans le sud du Bresil, Porto Alegre, entre la fin du XIXème et le debut du XXème siècle”, comunicação apresentada ao Séminaire International “Les Mots de la Ville” (CNRS/Unesco), Paris, 4 a 6 de dezembro, 1997. (Mimeo.)
- PIERSON, D. “Racial and cultural contacts in Brazil: present state of research in this field”. In: BURGIN, M., *Handbook of Latin American Studies: 1940*, n.6 ... Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1941.
- PIERSON, D. *Branços e pretos na Bahia; estudo de contacto racial*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1945.
- RAGO, L. M. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- REZENDE, A. P. *(Des)encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de 20*. Recife: Fundarpe, 1997.
- RIBEIRO, L. C. Q., PECHMAN, R. (Orgs.). *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- ROLNIK, R. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel/Fapes, 1997.
- SAMPAIO, M. R. A., LANNA, A. L. D. “Les Travailleurs dans la Ville: les italiens et les habitants des favelas à São Paulo”, comunicação apresentada ao Séminaire Interna-

- tional “Les Mots de la Ville” (CNRS/Unesco), Paris, 4 a 6 de dezembro, 1997. (Mimeo.)
- SANSONE, L. “As relações raciais em *Casa-Grande & Senzala* revisitadas à luz do processo de internacionalização e globalização”. In: MAIO, M. C., SANTOS, R. V. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996. p.207-17.
- SANTOS, L. A. de C. “O pensamento sanitarista na primeira república: uma ideologia de construção da nacionalidade”. *Dados*, n.2, v. 28, p.193-211, 1995.
- SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SKIDMORE, T. E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- SOUZA, G. de M. e. “Vanguarda e nacionalismo na década de vinte”. In: _____. *Exercícios de Leitura*. São Paulo: Duas Cidades, 1980. p.249-77.
- TORRES, A. *O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.
- VAZ, L. F. *Habitacões coletivas no Rio antigo*. 1995. Dissertação (Mestrado) – IPPUR/UFRJ.
- _____. *Uma história da habitação coletiva na cidade do Rio de Janeiro: estudo da modernidade através da moradia*. 1994. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- VIANNA, O. *Carta ao Sr. Dr. Hilario Freire*. In: FREIRE, H., “A Formação das Cidades”. *Revista do Brasil*, v.24, set.-dez 1923.
- _____. *Evolução do povo brasileiro*. 2.ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1933a.
- _____. *Populações meridionais do Brasil*. 3.ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1933b.
- _____. *Raça e assimilação*. 2a.ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938.
- _____. “O valor pragmático do passado”. In: _____. *O idealismo da constituição*. 2a.ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939.
- WESTWOOD, S., WILLIAMS, J. (Eds.). *Imagining Cities: scripts, signs, memory*. Londres: Routledge, 1997.

A B S T R A C T *This paper deals with some important sources of the social thought in Brazil as they refer to the formation of the urban space in the country, particularly in respect to racial, ethnic, and cultural relations in the city. It raises the hypothesis that the urbanistic discourse, from the 1920s onwards, finds in eugenics and regionalism some reliable basis for the nationalistic realignment of its technical intervention in complexly divided urban spaces and cultures. Having in mind the contemporary question of urban renovation, it specially examines matters of social segregation, spatial distribution and cultural identification of ethnic, national and regional groups in some writings of Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, José Mariano Filho, Donald Pierson and Samuel Lourie.*

K E Y W O R D S *Urbanism; city; nation; Brazilian social thought; racial relationships; ethnicity; eugenics; culturalism; regionalism.*